



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vera Alexandra Malheiro Pereira

Crianças maltratadas em contexto familiar
O papel da Comissão e Proteção de
Crianças e Jovens



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vera Alexandra Malheiro Pereira

**Crianças maltratadas em contexto familiar
O papel da Comissão e Proteção de
Crianças e Jovens**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Crime Diferença e Desigualdade

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Helena Machado

Nome

Vera Alexandra Malheiro Pereira

Endereço electrónico: verdadeirabe@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 13005661

Título de dissertação

Crianças maltratadas em contexto familiar

O papel da Comissão e Proteção de Crianças e Jovens

Orientador: Professora Doutora Helena Machado

Designação do Mestrado: Crime Diferença e Desigualdade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Aos meus pais, família e amigos...

***“Lutamos contra os defeitos que nos fazem sofrer a nós mesmos; e
afagamos os defeitos que fazem sofrer os outros”.***

Carmen Sylva

Expresso a gratidão:

Este foi um longo caminho, atravessado e seguido por muitos que, nos mais diversos momentos, com o seu auxílio, confiança e colaboração, tiveram um papel importante. A todos deixamos aqui manifestado o nosso reconhecimento.

- à minha professora do mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade e, agora, orientadora desta tese, Professora Helena Machado;
- às minhas colegas de área disciplinar/científica, pelo companheirismo e presença cooperante;
- aos meus amigos e à minha família.

Resumo

A presente investigação incide sobre um problema que preocupa e assombra a nossa sociedade – “crianças maltratadas em contexto familiar”. Não há dúvida que é um tema que exige um certo cuidado e sensibilidade, especialmente porque estamos a falar de maus-tratos praticados a crianças e jovens. Felizmente, este tema tem ocupado um espaço cada vez mais importante no cenário nacional, sendo os *media* os principais responsáveis por uma maior consciencialização social, uma vez que denunciam, informam e apelam à sensibilidade e responsabilização das pessoas. O aumento de programas e discussões específicas e qualificadas sobre o tema dão prova que o país tem concentrado esforços na denúncia, prevenção e diminuição desta prática que viola os direitos humanos fundamentais.

É fundamental falar deste flagelo, mas mais do que isso é urgente e prioritário identificar as verdadeiras causas inerentes a este problema de modo a elaborar um conjunto de ações concretas e mecanismos eficazes no combate e prevenção aos maus-tratos infantis. Este papel cabe não só às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, mas também ao Estado e à Sociedade, que devem orientar-se por princípios que assentem na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, atender às necessidades que por eles são sentidas e atuar no sentido de prevenir situações que coloquem em causa a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral.

É neste seguimento que esta investigação cujo tema é “Crianças maltratadas em contexto familiar – O papel da Comissão e Proteção de Crianças e Jovens” se propõe abordar de forma genérica o que são maus-tratos, assim como os variados tipos de maus-tratos existentes e os respetivos modelos explicativos que estão na base desta prática que é cada vez mais recorrente. De igual forma, é dado enfoque ao papel desempenhado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, tal como à intervenção do Estado e da Sociedade. É ainda importante analisar a evolução histórica da lei assim como o enquadramento familiar em que as crianças estão inseridas, de forma a compreender e contextualizar a dimensão deste problema.

Palavras - Chave: Maus-Tratos; Negligência; Criança; Família; Prevenção; Competências; Acompanhamento; Orientação; Sensibilização; Cooperação e Intervenção.

Abstract

The present investigation is based on the main issue that concerns and shadows our society - "ill-treated children in the family context". It is without doubt an issue that requires a certain understanding and care, especially because we are talking about the bad treatment towards children and teenagers. Fortunately, this issue has taken up more and more space within our national senary, having the help of the "media" responsible for the acknowledgement of what is going on around us and in many households. They expose and inform, and also, reach out to the public to become aware and hold those responsible for this terrible plague. The increase of programs and specific discussions about this issue prove that the country is concentrated in reporting these cases, in order to prevent and decrease this practice which violates the fundamental human rights.

It is fundamental to talk about this plague, and even more so it is urgent and a priority to identify the true causes inherent to this problem so that a set of specific actions and effective mechanisms in fighting and avoid child maltreatment should be implemented. This role belongs, not only to the Child and Teenage Protection Comission, but also, to the State and Society, whose intentions are centered in promoting the rights and protection of children and teenagers. They should also attend to the needs felt within society and act towards prevention of those situations that undermine the security, health, formation, education and integral development.

Complementing this investigation - "Maltreated Children in the Family Concept - the role of the Children and Teenage Protection Commission" , we purpose to deal with what are the forms of ill treatment, as well as, the several types of existing forms and the respective explicative motives which are the cause of this common practice. In the same way, the role played by the commission is also shown as well as that of the State and Society. It is also important to analyze the historical development of the law in accordance to the family and the children within to understand and contextualize this problem and its dimension.

Keywords: maltreatment; negligence; child; family; prevention; competencies; accompaniment; guidance; awareness; cooperation; intervention.

Já não me importo

**Já não me importo
Até com o que amo ou creio amar.
Sou um navio que chegou a um porto
E cujo movimento é ali estar.**

**Nada me resta
Do que quis ou achei.
Cheguei da festa
Como fui para lá ou ainda irei**

**Indiferente
A quem sou ou suponho que mal sou,**

**Fito a gente
Que me rodeia e sempre rodeou,**

**Com um olhar
Que, sem o poder ver,
Sei que é sem ar
De olhar a valer.**

**E só me não cansa
O que a brisa me traz
De súbita mudança
No que nada me faz.**

Fernando Pessoa

Índice

INTRODUÇÃO	12
1 - PROBLEMÁTICA E JUSTIFICAÇÃO	12
2 - EM TORNO DO CONCEITO DE MAUS-TRATOS – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	15
2.1 - AFINAL, O QUE SÃO OS MAUS-TRATOS INFANTIS?	18
2.2 - POSSÍVEIS DEFINIÇÕES DE MAU-TRATO INFANTIL.....	19
2.3 - CONTORNOS DO MAU-TRATO INFANTIL	21
2.4 - TIPOLOGIA DOS MAUS-TRATOS	24
2.4.1 - MAU-TRATO FÍSICO.....	24
2.4.2 - MAU-TRATO PSICOLÓGICO/ EMOCIONAL.....	25
2.4.3 - ABUSO SEXUAL	26
2.4.4 - ABANDONO.....	26
2.4.5 - NEGLIGÊNCIA	27
2.5 - MODELOS ETIOLÓGICOS E EXPLICATIVOS.....	28
2.5.1- MODELOS DE FATOR ÚNICO	28
2.5.1.1- MODELO PSICOLÓGICO/ PSIQUIÁTRICO.....	28
2.5.1.2- MODELO SOCIOLÓGICO OU SÓCIO-AMBIENTAL	29
2.5.1.3 - MODELO DA VÍTIMA ESPECIAL.....	30
2.5.2- MODELOS PSICO-SOCIAIS OU SÓCIO-INTERACCIONAIS.....	31
2.5.2.1- ABORDAGEM ECOLÓGICA	32
3 - CARACTERIZAÇÃO DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	37
3.1 - O TRABALHO QUOTIDIANO NA CPCJ	42
4 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MAU-TRATO E DA NEGLIGÊNCIA	45
4.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE INFÂNCIA	48
5 - COMPREENSÃO DO PROBLEMA: ELABORAÇÃO DE UM REFERENCIAL TEÓRICO	51
6 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEI	52
7 - A INTERVENÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE	57
8 - DA FAMÍLIA TRADICIONAL À FAMÍLIA MODERNA	65
8.1 - NOVAS TIPOLOGIAS FAMILIARES.....	67
8.1.1. FAMÍLIA TRADICIONAL	68
8.1.2. FAMÍLIA MODERNA.....	71
8.2 FAMÍLIAS RECONSTITUÍDAS	74
8.3 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	78

8.4 FAMÍLIAS ADOTIVAS	80
8.5 FAMÍLIAS HOMOSSEXUAIS	82
8.6 FAMÍLIAS COMUNITÁRIAS	83
8.7 - (DES) EQUILÍBRIOS FAMILIARES	84
9 - REFLEXÃO CRÍTICA	86
10 - BIBLIOGRAFIA	89

Índice de Siglas

ATL – Associação de Tempos Livres

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EUA – Estados Unidos da América

GNR – Guarda Nacional Republicana

INE - Instituto Nacional de Estatística

PM – Polícia Municipal

PSP – Polícia de Segurança Pública

Introdução

1 - Problemática e justificação

O tema de investigação a desenvolver incide sobre os maus-tratos na infância no contexto familiar e pretendemos saber qual o papel das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

A problemática dos maus-tratos em crianças e jovens tem sido abordada ao longo do tempo de formas distintas, pela humanidade. Tendo em conta este aspeto, pode-se verificar que na sociedade em que nos inserimos atualmente, o conhecimento desta realidade é de grande importância social, permitindo comprovar que a problemática das crianças maltratadas está a atingir em Portugal uma gravidade inesperada. Isto acontece, devido ao facto das crianças serem abrangidas por um problema que radica no próprio contexto social em que estamos fixados.

Visto que não existem padrões universalmente seguidos sobre a forma de tratar e educar as crianças, os conceitos de “maus-tratos” ou “negligência” podem variar entre os diferentes grupos sociais no espaço e no tempo.

A família é um espaço de satisfação/insatisfação para a criança, pois é na família que a mesma aprende a forma de estar na vida, aprende a enfrentar os problemas de acordo com os valores e experiências do grupo intra e extra familiar.

Os maus-tratos na infância no contexto familiar, não se praticam apenas nos meios socioeconómicos mais desfavorecidos, ou seja, as crianças vítimas de maus-tratos não descendem apenas de famílias economicamente débeis mas também de famílias com estatuto relativamente elevado, o que varia é o tipo de mau trato utilizado, sendo a violência exercida por este tipo de famílias sobretudo do tipo psicológico.

A necessidade de garantir uma proteção especial à criança é referida na Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, (aprovada pela Sociedade das Nações Unidas em 1924) contemplada na Declaração dos Direitos da Criança de 1959 pela Assembleia-geral das Nações Unidas (Convenção dos Direitos da Criança, 1990). É neste contexto que diferentes países começam a definir os serviços que daí em diante foram os responsáveis pela intervenção específica na situação - problema — serviços médicos, sociais, psicológicos e jurídicos (Rad bill, 1987).

Em Portugal, a literatura sobre a definição técnica dos maus-tratos infantis e da negligência é ainda escassa. Contudo, com o objetivo de construir uma tipologia de

formas de abuso e de negligência, Almeida e colegas, em 1999, realizaram um estudo com profissionais da infância na área da saúde, educação e serviço social. No que concerne ao território português, referencia-se datas relevantes distintas: o ano de 1972, pois nesta data o primeiro artigo médico português debruçado sobre esta temática, tem sido redigido no “Jornal Médico” pelo pediatra Augusto Barata da Rocha e no ano de 1986, como aquele que regista o primeiro grande estudo epistemológico no nosso país, realizado por Fausto (Amaro, 1986; Magalhães, 2002).

No século XX, houve como um acordar do Estado e da Sociedade para a necessidade da valorização da criança, iniciando um caminho baseado na protecção e promoção dos direitos e deveres da criança, que se consagrou com a necessidade de, em 1991, serem instituídas as Comissões de Protecção de Menores, mais tarde designadas por Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e de, em 1999, ser criada a Lei Promoção e Protecção de Crianças e Jovens (Lei 157/99 de 1 de Setembro). Daí que o século XX, seja considerado o “Século da Criança”.

As primeiras denúncias de casos de maus-tratos infantis surgem no século XIX e coincidem com a necessidade da definição dos maus-tratos que, por seu turno, também sofreu uma evolução ao longo dos tempos. A este nível *Kempe* inaugurou o conceito de **Síndrome de Criança Batida** (1962) e **Criança Abusada** (1965), ao passo que *Fontana* introduz o conceito de **Criança Maltratada** (1963). Os anos '60, marcaram o estudo do mau-trato físico; a década de '70 debruçou-se sobre o mau-trato psicológico e a década de '80 introduziu estudos acerca do abuso sexual. Progressivamente, surgiram ainda preocupações ao nível do abandono e negligência da criança.

Estes estudos evidenciaram que, a heterogeneidade associada à problemática dos maus-tratos infantis, torna este conceito complexo na sua conceção/definição e intervenção, exigindo por isso, respostas que não são fáceis nem de idealizar, nem de concretizar.

Isto deve-se ao facto, dos técnicos de intervenção em crianças e jovens, depararem-se, constantemente, com o confronto direto entre o “parecer” e o “ser”. Assim, é imperativo que, face às informações que são obtidas, seja efetuada uma conceção uniforme baseada numa interpretação da denúncia e das motivações do denunciante, uma vez que, o que é declarado, nem sempre é o que efetivamente terá acontecido e o que é óbvio pode tornar-se obtuso.

A razão da escolha do tema em estudo baseia-se fundamentalmente na pretensão de aprofundar a problemática dos maus-tratos infantis – nomeadamente negligência nos

menores em contexto intra familiar. O interesse deste tema suscitou, pelo facto de, ser uma consequência das normas instituídas nas sociedades e nas representações relativamente a ideais de educação, de infância e juventude.

Perspetivando como um flagelo social, ou seja, tudo o que de negativo a sociedade obtém, neste caso, os maus-tratos emite um sentimento de vazio nestas crianças e jovens, de tal forma que lhe rasga tudo aquilo que de bonito e puro uma criança tem dentro de si, obrigando-as a construir um muro fechado de infelicidade com irreversíveis repercussões no seu desenvolvimento físico, psíquico e emocional. Tudo isto pode desenvolver jovens problemáticos que penetram no sub-mundo da toxicodependência, delinquência, criminalidade, prostituição como meio de escoar os seus tormentos e, mais tarde, tornam-se adultos ligados a um passado que não lhes faculta formas para se integrar na sociedade, nem de proporcionar aos filhos uma vida salutar. Por isso, a necessidade de cuidarmos das crianças e de lhes proporcionarmos um desenvolvimento harmonioso é essencial como prevenção de uma sociedade futura mais ajustada e menos desigual.

Sendo as famílias o meio mais natural de vida e o meio mais saudável para o crescimento e desenvolvimento das crianças, devemos apostar nos estudos das famílias apoiadas e orientadas criar condições para educar de forma diferente os seus filhos, contribuindo assim para crianças e jovens psicologicamente e emocionalmente mais equilibrados, integrados socialmente e, principalmente, a gostarem de si e da vida.

Desta forma, interroga-se qual o tipo de papel desempenhado pelas famílias e CPCJ's na sociedade debatendo-se com crianças maltratadas.

Pois é deveras difícil o trabalho com esta população alvo, uma vez que se trata de seres humanos frágeis, que necessitam de protecção, pesa embora, nem sempre eles próprios querem ser defendidos pois, apesar de maltratadas, há crianças que não querem ser retiradas das famílias.

Sente-se a necessidade crescente de intervir para prevenir, não só por parte das Comissões mas também por parte da sociedade civil, uma vez que considero que se tem verificado uma consciencialização social que tem como principal fonte de instrução os *media* que, também eles denunciam, informam e apelam à sensibilidade e responsabilização de cada um.

Assim, saliente-se a necessidade de cada um de nós denunciar/sinalizar, promovendo o desenvolvimento harmonioso das nossas crianças.

2 - EM TORNO DO CONCEITO DE MAUS-TRATOS – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

“À medida que passavam os séculos, a protecção dos menores aumentava, pelo que os pais ou tutores tentavam mascarar as violências físicas quando os levavam intencional ou acidentalmente à consulta médica e, graças a isso, os espancamentos foram estudados aprofundadamente.”

(GALLARDO, 1994:20)

Através da revisão da literatura efetuada, podemos aludir que a concetualização dos maus-tratos data do ano de 1860 – século XIX, sendo a partir de então que surgem as primeiras denúncias de casos de maus-tratos infantis. Tal contributo ficou a dever-se a Ambroise Tardieu (GALLARDO, 1994), professor de Medicina Legal em Paris, pois foi o responsável pelo estabelecimento das bases do conceito em questão, do primeiro trabalho nesta área e, posteriormente, pela criação das primeiras organizações relacionadas com os maus-tratos. É exemplo a *Society for Prevention for Cruelty to Children* (**Sociedade para a Prevenção da Violência para com as Crianças**), erigida em Nova Iorque em 1874, devido a um caso extremo de maus-tratos que deteve bastante a atenção pública da época. Tratava-se de uma menina de 8 anos, Mary Ellen, que era sucessivamente espancada e negligenciada, passando a maior parte do dia acorrentada aos pés da cama e privada de alimentação pelos seus pais adotivos. Nesta época, o mau-trato infantil não era considerado um delito, tendo este caso, por essa mesma razão, sido submetido à Sociedade Protetora dos Animais que decidiu separá-la dos pais. Após a mediatização deste caso, a sociedade foi adquirindo maior sensibilidade para com as crianças e esta problemática foi obtendo maior visibilidade e consistência.

O reconhecimento da gravidade desta problemática infantil para a saúde pública, ficou a dever-se em grande parte aos avanços tecnológicos alcançados no campo da medicina, principalmente, da radiologia e de outros mecanismos de diagnóstico. Tais conquistas possibilitaram, em 1945, a exposição pública da primeira prova inequívoca da presença de maus-tratos em crianças, através dos estudos radiológicos concretizado por John Caffey, que comprovou a existência de lesões cerebrais provocadas por espancamento (intencional) por parte dos pais (GALLARDO, 1994). Em 1953, F. N. Silverman, discípulo de Caffey, determina a causa traumática destes sintomas em casos idênticos. Um outro contributo bastante relevante nesta área vem na sequência do desenvolvimento de um estudo feito por Spitz contíguo às crianças institucionalizadas.

É neste patamar da história que se alerta a consciência social para a necessidade de legislar e salvaguardar os direitos das crianças, afastando todas e quaisquer atrocidades

contra as mesmas. Neste seguimento, é então assinada e promulgada a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, cujos princípios já foram anteriormente descritos.

Os maus-tratos infligidos às crianças pelos seus progenitores acabaram por se tornar uma grande constatação para os Serviços de Pediatria da época pois, aí apareciam constantemente crianças com este tipo de diagnóstico. Deste modo, os médicos que as observavam tornaram-se os delatores das primeiras denúncias deste tipo de violência. A operacionalização da **Síndrome da Criança Batida** (GALLARDO, 1994), que se prendia exclusivamente com o abuso físico, possibilitou que se olhasse o mau-trato infantil como um quadro clínico autónomo e, surge então definido, por Kempe e seus colaboradores num artigo de jornal do ano subsequente, como:

“...um quadro clínico que se manifesta em crianças que receberam maus-tratos severos, que podem ser a causa de lesões permanentes e inclusive da sua morte. A síndrome deve ser ponderada em qualquer criança que apresente fracturas, hematoma subdural, alterações no crescimento, desnutrição, higiene deficiente, inchaços nos tecidos moles, equimoses e em qualquer criança que morra repentinamente, ou nos casos em que exista discrepância entre os dados clínicos e os dados apresentados pelos pais. Os factores psíquicos são provavelmente de suma importância na patogénese desta síndrome, mas o conhecimento destes factores é limitado.”

(KEMPE cit. in GALLARDO, 1994: 23)

O autor supracitado enumera ainda três fatores que, segundo a sua ótica, se revelam determinantes para a perpetração de maus-tratos nomeadamente: a transmissão geracional de condutas violentas, a conceção negativa que os pais têm acerca dos filhos e a ocorrência de crises familiares.

Tendo em conta a anterior citação de Kempe, pode inclusivamente mencionar-se que, em 1985, Woolley e Evans alertaram para o facto destas crianças, quando separadas dos pais, apresentarem uma rápida cicatrização destas lesões e a inexistência de outras posteriores, o que vem reforçar a ideia do mau-trato intencional e não ocasional (GALLARDO, 1994).

Também em 1969, o sociólogo D. Gil circunscreve a ideia de outros fatores inerentes ao mau-trato infantil que não somente o background familiar; são exemplos as instituições e a própria sociedade.

Já em 1963 é introduzido um outro conceito de importante relevância para o delineamento da noção de maus-tratos infantis; esse conceito é o de **Criança Maltratada** e é da autoria de Fontana. Este afirma-se mais amplo relativamente ao que

Kempe havia concebido e inaugura na sua definição uma nova dimensão, a dimensão do abuso/violência emocional Seguidos dois anos – 1965 – kempe alarga os contornos da sua definição e, tal como Fontana, concetualiza o conceito de *Child Abuse* – **Criança Abusada** – o qual inclui crianças com mau-trato físico, emocional, bem como, aquelas abusadas sexualmente (GALLARDO, 1994).

No que concerne ao território português pode fazer-se referência a duas datas relevantes distintas: o ano de 1972, pois nesta data o primeiro artigo médico português debruçado sobre esta temática, tendo sido escrito no “Jornal do Médico” pelo pediatra Augusto Barata da Rocha; e o ano de 1986 com aquele que regista o primeiro grande estudo epidemiológico no nosso país, realizado por Fausto Amaro (AMARO, 1986; MAGALHÃES, 2002).

Em suma, para uma melhor contextualização podemos referir a década de '60 como aquela que marca o estudo, a compreensão e a intervenção na área do mau-trato físico, sendo este definido como aquele mais facilmente sinalizado dadas as sequelas externas. A década de '70 inaugura a intervenção sobre o mau-trato psicológico, sendo este considerado como o mais grave, sobretudo aquando da sua ocorrência nos primeiros anos de vida da criança. Já o final da década de '80 regista as primeiras preocupações intensas com aquele tipo de mau-trato tido como o mais penoso e atroz – o abuso sexual. Outras categorias tidas de sevícias infantis foram progressivamente desabrochando, são exemplo: o abandono e a negligência.

Posto isto, diremos que existem cinco grandes categorias de maus-tratos perpetrados às crianças:

- Maus-tratos Físicos;
- Maus-Tratos Emocionais ou Psicológicos;
- Abuso Sexual;
- Abandono;
- Negligência.

Segundo Pinto e Sacramento (1999), podem-se ressaltar da cronologia histórica que tem sido aqui desenhada, diferentes imagens da infância. Assim, temos:

- Imagem Romântica – corresponde àquela filiada no Iluminismo Rousseauiano;

- Imagem da Criança-Operário – representa a filha do imaginário que acompanhou o período da Revolução Industrial;
- Imagem da Criança Delinquente – esta é muitas vezes associada ao trabalho nas fábricas, sendo contudo, geralmente, incluída nas práticas de abandono e vadiagem, muito próprias do século XIX e dos primórdios do século XX;
- Imagem da Criança paciente médico-psicológica e da criança-aluno – prende-se com a institucionalização da infância no período da Modernidade;
- Imagem da Criança como membro de Bem-Estar – a esta representação da infância dedicam-se políticas sociais e promovem-se instituições enquadradoras;
- Imagem da Criança como membro da família e da Criança-Pública – prende-se com o ciclo entre as duas Guerras Mundiais, do qual se destacam as políticas de proteção da família e a visibilidade das crianças enquanto elementos pertencentes à esfera pública;
- Imagem da Criança-Cidadão¹ – é a que vigora atualmente e relaciona-se com a atribuição às crianças e jovens do estatuto de atores sociais de pleno direito.

2.1 - Afinal, o que são os Maus-Tratos Infantis?

Chegados a este ponto, importa precisar a resposta subjacente a esta pergunta.

É importante deixar claro que a conceptualização deste conceito não é tarefa fácil pois, a sua definição reveste-se de bastante heterogeneidade entre os diversos autores que se debruçam sobre esta temática. É então pertinente dizermos que a complexidade dos maus-tratos infantis começa à partida na ambiguidade da sua definição.

Definir um conceito é torná-lo concreto, preciso e homogéneo a todas as pessoas, é torná-lo o fio condutor e mediador dos padrões socialmente instaurados, dando conta dos seus limites e da extrapolação dos mesmos. Se houver uma definição consensual

¹ Esta cidadania tem vista a prossecução de três grandes desafios: a inclusão social plena de todas as crianças, instituições que primem pelo melhor interesse das crianças e a acolhimento da voz da criança como expressão legítima da sua participação.

evitam-se os interesses narcísicos de cada um querer adequar a si a fronteira entre o que é ou não maltratar, entre o que é correcto ou incorrecto na educação e no processo de resolução de problemas e conflitos no interior do nicho familiar. Para servir este nosso pressuposto, é importante nos deter sobre os parâmetros aos quais é necessário atender no momento da estruturação da definição de mau-trato infantil (ALMEIDA, 1998; MATOS, FIGUEIREDO, 2000).

Neste sentido, deve ter-se em conta:

- Que autenticar ou diagnosticar, do ponto de vista social, as situações de crianças em risco implica colocá-las em relação a uma norma, a um ideal construído de bem-estar infantil, à representação do que deve ser uma infância ideal e desejável;
- Definir uma situação de risco implica sempre um juízo de valor, quer isto dizer que é preciso situar o padrão de comportamento do adulto em relação a uma criança com as normas sociais vigentes na sua comunidade (esse comportamento pode não ser social e culturalmente desajustado quando praticado no interior de determinada comunidade);
- A intencionalidade, intensidade e frequência do acto praticado sob a criança.

2.2 - Possíveis definições de Mau-Trato Infantil

Para uma melhor elucidação do conceito em questão, passamos a citar algumas definições sistematizadas na nossa análise documental:

“De uma forma genérica, os maus-tratos podem ser definidos como qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças e jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afectos. Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e (ou) dignidade. Tais comportamentos deverão ser analisados tendo em conta a cultura e a época em que têm lugar.”

(MAGALHÃES, 2002:33)

“Sabendo nós quais as condições que uma criança deve ter para que o seu crescimento e desenvolvimento se processem de forma harmoniosa e saudável, todo o acto deliberado, por negligência ou omissão (quer parta do indivíduo, de uma instituição ou da sociedade) que colida com os factores referidos ou não crie as condições à sua protecção e segurança é uma forma de mau-trato.”

(CANHA cit. in ROSA, 2003: 40)

“Os maus-tratos compreendem as acções por parte dos pais e outros adultos, que possam causar dano físico ou psíquico ou que de alguma forma firam os direitos e as necessidades da criança no que respeita ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afectivo.”

(AMARO, 1986)

“Consideram-se maus-tratos os danos físicos ou mentais, o abuso sexual ou a negligência de crianças e jovens com menos de 18 anos, resultantes de acções ou omissões, praticados por pessoas responsáveis por essas crianças e jovens, em circunstâncias que ponham em perigo a saúde e o bem-estar das mesmas.”

(FEDERAL CHILD ABUSE PREVENTION AND TRATMENT ACT cit. in MAGALHÃES, 2002)

Mau-trato é “qualquer acto deliberado, por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições, ou sociedades, que prive a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento.”

(GIL cit. in CANHA, 2002: 16)

São crianças em risco, “Aqueles crianças sujeitas a maus-tratos, a quem os pais não prestam os cuidados necessários ao seu desenvolvimento e aqueles que com o seu comportamento, ponham elas próprias em causa o seu crescimento.”

(COMISSÃO INTERMINISTERIAL cit. in MAGALHÃES, 2002)

“Criança maltratada ou gravemente negligenciada é uma entidade clínica que afecta a criança que é vítima de maus-tratos, físicos ou psíquicos, ou tratamento inadequado, por acção ou omissão, por parte das pessoas que têm de cuidá-la e com quem convivem habitualmente.”

(FERNANDES, 1986: 23)

2.3 - Contornos do Mau-Trato Infantil

O conhecimento real da incidência e prevalência do mau-trato infantil não é de todo possível pois, nem todos os casos são denunciados ou sinalizados, muitos permanecem no anonimato por uma eternidade que não finda². Pode mesmo afirmar-se que a maioria destas situações fica mesmo, e às vezes para sempre, encoberta e não vem a público, sendo que, por cada criança maltratada ficam imensas por diagnosticar (MAGALHÃES, 2002).

“Muitas situações de maus-tratos infantis e do adolescente ficam ainda no anonimato e dolorosamente silenciadas por incapacidade de muitos técnicos e cidadãos, que, ou não têm a capacidade de os identificar, ou ingenuamente acreditam (ou preferem acreditar) que essas situações possam vir a melhorar, e até a resolver-se, com o passar do tempo. Esta ideia não passa de uma ilusão; ...”

(MACHADO, GONÇALVES, 2002: 16)

O mau-trato infantil afigura-se como um acto compulsivo e reincidente, capaz de atingir dimensões exorbitantes e monstruosas.

“É fundamental ter a noção de que o mau-trato exercido sobre a criança tem um carácter recorrente e progressivo, o que significa que se repete sucessivamente, atingindo proporções e provocando lesões cada vez mais graves. O mau-trato pode provocar a morte, particularmente no primeiro ano de vida, pode causar lesões cerebrais de que resultam défices neurológicos irreversíveis e ser responsável por muitas sequelas a curto, médio e longo prazo. (...) O mau-trato é ainda responsável por uma elevada taxa de morbilidade, com hospitalizações repetidas, mais ou menos prolongadas...”

(MACHADO, GONÇALVES, 2002: 16-17)

O mau-trato infantil é um facto abrangente que atravessa todas as classes sociais, desde as mais desfavorecidas e pobres às mais ricas e instruídas. O que se pode salientar é que a sua prevalência é verificada em maior número entre as famílias/camadas sociais

² Apesar de, deontologicamente e moralmente, todos termos obrigação a não silenciar ou ocultar situações que coloquem em perigo a vida e o destino de determinada criança, muitas vezes vamos contra esta norma social pois, muitas pessoas têm bastante presente nas suas mentalidades o ditado popular que diz que “entre marido e mulher não se mete a colher”.

mais baixas. Por outro lado, e exceptuando o abuso sexual, a prática de maus-tratos é visível em ambos os sexos (MACHADO, GONÇALVES, 2002; MAGALHÃES, 2002).

“...o mau-trato acontece em todas as camadas sociais económicas e culturais, embora seja mais frequente nas famílias mais pobres, com baixo nível de instrução e cultura, nas famílias mais desorganizadas e disfuncionais, com más condições habitacionais, de sobrelotação e ambientes de promiscuidade.”

(MACHADO, GONÇALVES, 2002: 20)

O agressor ou o responsável pelo mau-trato infligido tem, na sua maioria, um vínculo familiar com a criança. Pode dizer-se que o mau-trato intra familiar gesta sérias sequelas para as crianças e jovens pois, perante tal situação, constata-se uma perda de segurança e confiança no lar e no seio familiar e, por aditamento, problemas no seu desenvolvimento. (MAGALHÃES, 2002:39).

“...o mau-trato infantil é provocado dentro da própria família, na grande maioria dos casos pelo elemento que cuida da criança, a mãe, o pai, o companheiro/a de um dos progenitores ou a ama.”

(MACHADO, GONÇALVES, 2002: 23)

O mau-trato infantil reporta-se muitas vezes à questão da transgeracionalidade, constituindo um fenómeno de hereditariedade social transmitido verticalmente de geração em geração. Constitui, neste sentido, um ciclo de violência. (FERNANDES, 1986; DEMAUSE cit. in SOARES, 1997).

“ Pais maltratantes foram habitualmente crianças maltratadas. Crianças maltratadas podem ser, um dia, maltratantes dos seus próprios filhos. É, afinal, o mecanismo de identificação ao agressor que funciona como agente perpetuante da patologia.”

Contudo, “A história não tem de ser o destino.”

(...)

Pois, “Sabemos, portanto, que há Pais, adultos, que viveram experiências dolorosas na infância e não as passam ou sequer desejam aos seus filhos.”

(STRECHT, 2002:62,64)

“...os maus-tratos não são uma doença exclusiva dos pobres. (...) ...há famílias pobres que são calorosas e protectoras dos seus filhos.”

(FERNANDES, 1986: 25)

O mau-trato infantil está subjacente a uma multiplicidade de factores de risco³, que actuam em interacção (AMARO, 1986), como são: os contextos familiares e extra familiares nomeadamente, os contextos individuais, os contextos sociais/culturais e os contextos institucionais (Ib.). No interior destes, podemos encontrar, entre muitos outros, o *background* familiar, factores inerentes aos pais, factores inerentes à criança, crises familiares, stresse familiar, meio ambiente/envolvente, condições profissionais e económicas, tipo de família, cultura e valores/normas impregnadas.

“A violência do meio vitima o adulto em 1º grau, que por sua vez não sendo capaz de filtrar esta violência a transfere para a criança transformando-a numa vítima em 2º grau. A criança é, pois, a válvula de escape, o bode expiatório das tensões, frustrações e opressões que o adulto sofre no seu dia-a-dia, numa sociedade que ele sente como violenta.”

(FERNENDES, 1986: 24)

O mau-trato infantil é multifacetado pois, pode ocorrer a diversos níveis ou se expressar de diferentes formas: físico, psicológico, sexual, abandono e negligência. Outro aspecto a referir é que, o que se inicia por um simples acto de negligência, pode evoluir e culminar para mau-trato (MATOS, FIGUEIREDO, 2001).

A rápida mudança social dificulta a averiguação do que pode ser ou não balizado como mau-trato. A par disto, os direitos da criança foram também evoluindo no decurso do tempo logo, isto conduz a que certo comportamento seja hoje aceite mas amanhã já não o seja (BELSKY cit. in MATOS, FIGUEIREDO, 2001).

As fases típicas da evolução do comportamento de um menor no curso do seu processo abusivo são, segundo Magalhães (2002), sete: segredo, sentimento de abandono, acomodação à situação, revelação do segredo, contradição da revelação (devido à dificuldade de assumir essa realidade e pelo receio de, por meio da sua denúncia, provocar a degradação familiar), aceitação dos acontecimentos (através do

³ “Os factores de risco de maus-tratos são quaisquer influências que aumentam a probabilidade de ocorrência ou de manutenção de tais situações. São marcadores, correlações e, algumas vezes causas, que se dividem por características individuais, experiências de vida específicas ou factores de ordem contextual. Estes factores podem funcionar como indicadores inespecíficos e aparecem, frequentemente, associados. A sua associação potencia o risco de se verificarem situações de maus-tratos” (MAGALHÃES, 2002: 45).

processo de ajuda e de construção de estratégias que o levem a aceitar os factos sem vergonha, dúvidas ou culpabilidade) e, por último, a resolução.

A prevenção do mau-trato infantil é de importância capital no tocante ao processo de protecção à infância, sendo que pode abarcar três níveis: prevenção primária (prestação de serviços à população com vista a evitar o eclodir de situações de maus-tratos), prevenção secundária (prestação de serviços a grupos específicos de risco, com vista a cuidar ou evitar os casos de mau-trato) e prevenção terciária (prestação de serviços a vítimas de maus-tratos, de forma a atenuar a gravidade das consequências e a afastar a possibilidade de novos perigos).

2.4 - Tipologia dos Maus-Tratos

Como já ficou claro no decorrer do presente trabalho, a noção de maus-tratos assume expressões e dimensões díspares entre si, podendo muitas vezes funcionar em “cascata”, ou seja, a perpetração de uns atrás dos outros. O mau-trato pode incluir duas formas de expressão como são: formas ativas e formas passivas.

Pode, contudo, dizer-se que o mau-trato psicológico é o mais devastador e complexo de todos os tipos anteriormente citados pois, encontra-se presente e fortemente enraizado nas demais formas de mau-trato, contribuindo para um processo sucessivo de desvalorização da criança *per si* mesma.

2.4.1 - Mau-Trato Físico

O mau-trato físico prende-se com qualquer tipo de violência física exercida na criança por uma pessoa adulta logo, traduz-se, em casos extremos, no infanticídio e no homicídio.

Este tipo de mau-trato “...corresponde a qualquer acção, não acidental, por parte dos pais ou pessoa com responsabilidade, poder ou confiança, que provoque ou possa provocar dano físico no menor” (MAGALHÃES, 2002: 34), podendo “... interferir forçosamente na liberdade da criança” (BROWNE cit. in MATOS, FIGUEIREDO, 2001: 128).

Deste modo, os pais ou pessoas responsável pela criança ou jovem, serve-se geralmente dos seguintes instrumentos e mecanismos:

“Os pais esmurram, flagelam, batem, esfolam, espancam, estrangulam, batem no estômago, asfixiam com panos e com malaguetas muito picantes, envenenam, abrem-lhes a cabeça, fazem-lhes golpes, rasgam-lhes o corpo, queimam-nos com vapor, azeite ou água a ferver. Utilizam punhos, fivelas de cinto, correias, escovas de cabelo, fios eléctricos, paus de *baseball*, réguas, sapatos, botas, correntes de bicicletas, atizadores, facas, tesouras, produtos químicos, cigarros acesos, aquecedores de vapor e chamas de gás.”

(FONTANA cit. in GALLARDO, 1994:38)

Para se poder diagnosticar a Síndrome da Criança Batida, a criança terá de reunir no seu corpo (GALLARDO, 1994): contusões (como equimoses, feridas, queimaduras, hematomas, alopecia), fracturas (das extremidades, dos ossos do nariz, cranianas, de costelas, lesões raquídeas), lesões oculares e viscerais e, ainda, sufocação, intoxicação ou Síndrome de Munchausen por procuração (MAGALHÃES, 2002).

2.4.2 - Mau-Trato Psicológico/ Emocional

É um tipo de mau-trato que se afigura simultaneamente como uma consequência e que contribui bastante para o desajuste do equilíbrio emocional e afectivo da criança. Este está relacionado com vectores emocionais, incumbe um forte domínio sobre a criança e é muitas vezes exprimido por meio de acções e ofensas verbais, bem como, de humilhação, ridicularização, desvalorização, hostilidade, ameaças, indiferença, discriminação, rejeição, abandono temporário, culpabilização, críticas, envolvimento em situações de violência doméstica (MAGALHÃES, 2002; MATOS, FIGUEIREDO, 2001).

Por abuso psicológico subentende-se “...um acto de natureza intencional caracterizado pela ausência ou inadequação, persistente ou significativa, activa ou passiva, do suporte afectivo e do reconhecimento das necessidades emocionais do menor” (MAGALHÃES, 2002: 35).

Este mau-trato “...pode ocorrer quando as crianças são abandonadas em lugares públicos ou fechadas em casa, no sótão ou em qualquer quarto pequeno, enquanto os pais estão ausentes, observando-se inclusivamente outros abusos relacionados, como os

maus-tratos físicos, negligências na higiene, na nutrição, etc” (GALLARDO, 1994: 76,77). Neste sentido, isto pode despoletar na criança retrocessos ou a não evolução do seu desenvolvimento físico e psicossocial, estabilidade das suas competências emocionais e sociais, podendo também reduzir a sua auto-estima (MAGALHÃES, 2002).

2.4.3 - Abuso Sexual

Esta é uma forma ativa de mau-trato e tem a ver com “o envolvimento de crianças ou adolescentes, dependentes e imaturos de um ponto de vista desenvolvimental, em actividades sexuais que eles não são capazes de compreender, em relação aos quais não são capazes de dar o seu consentimento e que violam os tabus sociais dos papéis familiares” (MATOS, FIGUEIREDO, 2001: 128). Posto isto, vemos que a importância da palavra consentimento é fulcral, e tal prende-se com o facto de que “...acontece muitas vezes que a criança consente na prática de relações sexuais com adultos, mas sob ameaça, ou seja, dão o seu consentimento, mas não têm maturidade para tomar livremente a decisão de aceitar” (Ib.).

Este tipo de mau-trato pode penetrar no meio intra ou extra familiar, se bem que é, na sua maioria, circunscrito à redoma familiar (FERNANDES, 1986), e é talvez o mais encoberto por parte das vítimas. Corresponde à satisfação sexual de um adulto por via de actividades com crianças e jovens, sob a forma de ameaças ou denúncias que comprometam os mesmos.

A este mau-trato, estão inerentes palavras-chave como: incesto, violação, pedofilia, prostituição, pornografia, estando reunidas em si “...a participação da criança em actividades de exibicionismo, fotografia ou filmes pornográficos, contactos com os órgãos sexuais, penetração anal ou vaginal ou práticas sexuais aberrantes. Isto significa que uma criança pode ser abusada sexualmente sem que apresente lesões físicas, nomeadamente ao nível dos órgãos genitais” (MACHADO, GONÇALVES, 20002: 22).

2.4.4 - Abandono

A gravidade deste tipo de mau-trato é condicionada pela idade da criança vitimada.

Pode dizer-se que “O modo utilizado pelos pais para se desfazerem dos filhos é muito diversificado: alguns depositam-nos em orfanatos ou numa instituição protegida pelo Tribunal de Menores, outros preferem deixá-los no primeiro sítio que encontram (entradas de prédios, descampados, bares, cavernas, pensões, hospitais onde estão a tratar as suas feridas, no seu próprio andar, em casas abandonadas) ou vendem os filhos, e, se incomodam muito, chegam a oferecê-los” (GALLARDO, 1994: 71).

2.4.5 - Negligência

Este tipo de mau-trato tem a ver com um conjunto de acções omitidas, tidas como irresponsáveis e/ou inadequadas na conduta dos pais para com os seus filhos, bem como a falta de supervisão sobre estes, tarefas imprescindíveis ao bem-estar psicológico para o crescimento e desenvolvimento normais e saudáveis das crianças.

Neste seguimento, não é propiciada à criança a satisfação das suas necessidades básicas, como aquelas ligadas com a higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afecto, estimulação e apoio, mediante as possibilidades dos que se encarregam pelo assegurar destes cuidados. A negligência é, portanto, tida como formulação negativa pois, a sua definição prende-se com aquilo que não é ou não foi proporcionado às crianças, e pode resultar de dois vectores: intenção voluntária de causar dano e incompetência dos pais no que respeita à prossecução destes cuidados de forma adequada e atempada. (MAGALHÃES, 2002).

A negligência é relativa “...aos acidentes caseiros – nos bebés – e aos acidentes, frequentemente automobilísticos, com crianças mais velhas que andam pelas ruas até altas horas do dia ou da noite, às vezes sem o consentimento dos pais, especialmente das mães ” (GALLARDO, 1994: 95).

Os tipos de acidentes mais comuns nas crianças resultam de: quedas, asfixias, queimaduras, armas de fogo, intoxicações, acidentes de trânsito e zangas domésticas.

Pode ainda apontar-se como tipos de negligência: aquela provocada pelos médicos aquando dos cuidados a ter com as crianças; a negligência intra-uterina, isto é, aquela que se relaciona com o período pré-natal (são exemplos a alimentação, consumo de álcool, tabaco, medicamentos e drogas); a negligência física, emocional, escolar, assim como a mendicidade.

2.5 - Modelos Etiológicos e Explicativos

A construção da Problemática tem o seu prolongamento no **Modelo de Análise**, ou seja, a sistematização dos diversos modelos etiológicos e explicativos que passamos em baixo a citar, isto é, as diferentes perspectivas acerca do fenómeno a partir da qual se poderá, numa etapa posterior, estruturar os conceitos e as hipóteses.

O fenómeno dos maus-tratos, adotado pelos progenitores em relação aos seus próprios filhos, tem vindo, nos últimos tempos, a ganhar contornos diferentes daqueles que lhe eram bem característicos ainda recentemente, isto devido à exaltação de sentimentos de revolta e angústia partilhados pelos demais indivíduos da sociedade. Será nosso objectivo expor os vários modelos conceptuais de acordo com a sua evolução cronológica.

2.5.1- Modelos de Fator Único

Os primeiros modelos surgiram na década de '60 e foram considerados demasiado simplistas, na medida em que colocaram a importância do problema numa única categoria de variáveis, tendo como causas os pais maltratantes, as crianças ou o contexto social. Assim sendo, abordam as causas da problemática dos maus-tratos de forma global, independentemente dos diferentes tipos de mau-trato (CLEMENTE, 2000). A produção teórica acerca da problemática em questão baseou-se portanto, em variáveis individuais e em diferentes níveis de análise, de acordo com os modelos tradicionais integrados em áreas como a Psicologia, Pediatria, a Sociologia, o Direito, etc.

2.5.1.1- Modelo Psicológico/ Psiquiátrico

Perante a visibilidade dos maus-tratos, eis que surgem justificações únicas por forma a dar a conhecer o porquê dos pais maltratarem os filhos. Este modelo integra o primeiro perfil teórico dos pais maltratantes, referindo serem habitualmente donos de desordens psicopatológicas como deficiências neurológicas, atraso mental –

características psicológicas individuais em detrimento de variáveis situacionais, sociais e culturais.

No entanto, foi possível constatar que muitos dos pais maltratantes não apresentavam estas características psicológicas, o que leva a concluir que os transtornos psiquiátricos não são os principais responsáveis pelos maus-tratos. Por conseguinte, outros autores (ARRUABARRENA & PAÚL et al cit. in VILAVERDE: 2000) evidenciaram mais cinco áreas que complementam a caracterização dos pais maltratantes, nomeadamente:

- **Personalidade dos Pais** – na maioria dos casos, os pais maltratantes são pessoas “normais”, com bons relacionamentos, tendo algum tipo de deficit mais a nível educativo;

- **Alcoolismo e Toxicodependência** – há uma forte relação entre o consumo de estupefacientes e mau-trato infantil sendo que o alcoolismo está mais ligado a esta problemática ao passo que a toxicodependência está mais ligada ao abandono e ao abuso sexual;

- **Transmissão Transgeracional** – em muitos casos, os pais maltratantes apresentam como antecedentes a rejeição afectiva, o que posteriormente se traduziu na incapacidade de estabelecer relações saudáveis com os próprios filhos pois, a única estratégia educacional apreendida foi o castigo/violência física ou psicológica;

- **Práticas Educativas Parentais** – é a falta de percepção por parte da mãe em relação aos sintomas dos filhos como o medo, a insegurança e dores, assim como as expectativas exageradas que têm em relação aos filhos, que as leva a tornarem-se negligentes.

2.5.1.2- Modelo Sociológico ou Sócio-Ambiental

Este modelo surgiu nos anos ‘70, como reação crítica ao modelo anterior, na medida em que atribui especial importância à ação de variáveis situacionais/contextuais na emergência dos maus-tratos, bem como aos valores e respectivas práticas culturais, isto é, valores externos aos pais em detrimento das características do maltratante.

Esta abordagem coloca a tónica em três questões centrais (VILAVERDE, 2000):

- **Stress Familiar** – a precariedade económica, associada a outros fatores como os distúrbios emocionais e sociais, serve de pano de fundo deste tipo de stress, na medida em que a pobreza influencia as interações familiares. Não podemos deixar de referir outros fatores como a infelicidade, sentimentos de rejeição, baixa auto-estima, típicos de famílias monoparentais, que conduzem à produção de stress e, consequentemente, maior risco de mau-trato;

- **Isolamento Social** – a falta de apoio e redes de interação social, cria uma certa vulnerabilidade em torno da família, factor que, com o decorrer dos anos vai ganhando terreno. Contudo, o apoio social é essencial para o bem-estar físico, psicológico e moral da família, contribuindo para a diminuição do risco de mau-trato infantil;

- **Contexto Sociocultural** – as crianças maltratadas provêm, maioritariamente, de grupos socioculturais desfavorecidos, como os guetos que se instalaram nas zonas periféricas das grandes cidades e em que os pais maltratantes têm um grau de instrução baixo. Importa ainda referir que, dependendo do contexto cultural, a ocorrência de maus-tratos pode ser aceite.

2.5.1.3 - Modelo da Vítima Especial

Este modelo refere que são as características de cada criança, que as poderão colocar numa situação de risco, no sentido de que entram em conflito com os seus pais. As variáveis de risco relacionadas com a infância são:

- **Idade** – os primeiros anos de vida colocam a criança numa situação de vulnerabilidade, sem controlo de emoções o que provoca uma necessidade de prestação de muitos cuidados, colocando-as à mercê dos seus pais. Estes factores poderão criar uma conduta frustrante e agressiva dos pais, muito por causa da falta de tempo que se traduz na perda de controlo parental. É ainda de realçar que o risco de mau-trato diminui consideravelmente com a idade (DUARTE & ARBOLEDA cit. in VILAVERDE, 2000);

▪ **Estado Físico** – a saúde física e mental, como por exemplo, as crianças com algum tipo de deficiência, prematuras e/ou com baixo peso à nascença, dificultam o normal processo de vinculação pois, induzem maior stress nos progenitores já que não correspondem às expectativas criadas por eles, correndo um risco três vezes maior de serem vítimas de maus-tratos (KEMP cit. in VILAVERDE);

▪ **Comportamentos** – a personalidade difícil, bem como comportamentos hostis, estão patentes na maioria das crianças maltratadas. Segundo este modelo, as características das crianças contribuem para a manutenção dos maus-tratos, que é entendida numa perspectiva bidireccional, já que há feedback entre pais e filhos (DUARTE & ARBOLEDA cit. in CLEMENTE, 2000).

2. 5.2- Modelos Psico-Sociais ou Sócio-Interaccionais

Devido à insuficiência teórica dos primeiros modelos que se deveu à análise dos maus-tratos a partir de factores únicos, surgem novas abordagens registadas com uma maior complexidade e sofisticação pois, não só integram todos os vértices do triângulo subjacente ao mau-trato (pais, crianças e meios) como também formulam teorias que visam explicar o processo e os mecanismos mediadores dos maus-tratos. Importa ainda referir que, à semelhança dos modelos anteriores, também os modelos mais recentes registaram significativos progressos ao longo do tempo como iremos verificar.

“A natureza complexa e multifactorial das situações em que os maus-tratos infantis ocorrem tem sido mais recentemente apontada pela investigação empírica, abrindo portas a novos modelos conceptuais e pondo em evidencia as limitações e insuficiências explicativas nos modelos anteriores.”

(SOUSA & FIGUEIREDO, 2000: 79)

2.5.2.1- Abordagem Ecológica

Foi nos anos ‘90 que se verificou, na conceptualização do mau-trato, uma multidimensionalidade oriunda de uma rede complexa de agentes causais, através de várias perspetivas, nomeadamente a Perspetiva Ecológica e do Desenvolvimento Humana registada por **Bronfenbrenner**.

Influenciado por *Kurt Lewin*, este autor elabora numa continuação dos esforços já desenvolvidos, uma abordagem em que privilegia a criança, na medida em que pretende compreender o desenvolvimento humano através da interação entre o património hereditário e o contexto social em que se insere, na medida em que, só no quadro da interação entre o sujeito e o seu ambiente, se pode explicar o comportamento e desenvolvimento humano. Em termos gerais, trata-se portanto, de uma perspetiva do desenvolvimento humano, em que focaliza as modificações progressivas, ao longo do espaço de vida, do ser humano e do espaço envolvente em que aquele se desenvolve, em termos sistémicos.

Neste seguimento, é pertinente salientar a noção de desenvolvimento humano, por forma a entendermos melhor a perspetiva deste autor. Para tal, *Gabriela Portugal* dá uma ajuda:

“O desenvolvimento humano é visto como o processo pelo qual o sujeito adquire uma concepção mais alargada, diferenciada e válida do ambiente ecológico e se torna motivado e apto a desenvolver actividades que permitem descobrir, manter ou alterar as propriedades desse ambiente ecológico.”

(PORTUGAL, 1992: 115)

Efetivamente, o sujeito humano para se desenvolver, necessita de um contexto adequado que lhe permita interagir e construir toda uma teia de relações mais ou menos complexas. Assim sendo, *Bronfenbrenner* elabora a sua perspetiva tendo em conta o desenvolvimento em interação com quatro complexos meios ecológicos ou, por outras palavras, quatro níveis estruturais que compõem o ambiente ecológico:

O **Microsistema** diz respeito aos papéis e relações interpessoais estabelecidas entre o indivíduo e o meio num contexto imediato e num determinado período de tempo. No entanto, o que se pretende perceber é a forma como os indivíduos entendem a realidade com a qual interagem. Relativamente aos papéis a desempenhar, estes tomam

em conta o comportamento que é esperado, não deixando de parte elementos como atividades e relações.

O **Mesosistema** refere a participação ativa que os indivíduos em desenvolvimento assumem em interação direta com os diversos contextos – participação multi-contextual. Importa referir ainda que existe a possibilidade de interagir entre diversos contextos sem que haja participação ativa, nomeadamente através de um elemento de ligação. Está bem patente a importância das interconexões, sendo que o isolamento e a alienação das crianças e jovens são considerados pelo autor como fenómenos mesossistémicos.

O **Exosistema** não implica a participação ativa com os demais contextos mas respeita as situações que afetam ou são afetadas pelo que ocorre no contexto imediato em que o sujeito se movimenta.

O **Macrosistema** respeita aos valores, crenças, maneiras de ser ou fazer, estilos de vida característicos de uma sociedade, cultura ou sub cultura integrados nos subsistemas anteriormente referidos.

Após esta breve abordagem teórica, eis que chega a altura de reportar esta tese, de uma forma mais evidente, para a problemática dos maus-tratos infantis.

“... if present day knowledge of child development tells us anything at all, it tells us that the child develops psychologically as a function of reciprocal interaction with those who love.”

(BRONFENBRENNER, 1972:16)

A verdade é que, cada vez mais se torna difícil encontrar condições adequadas de desenvolvimento nos principais contextos Microsistémicos (Família e Criança), muito por causa da ausência de atividades conjuntas inseridas em relações afetivas positivas, principalmente entre pais e filhos.

A família é vista por este autor como fundamental para a ocorrência do desenvolvimento pois, reflete as condições da sociedade. Contudo, devido às circunstâncias dessa mesma sociedade, a interação entre pais e filhos é posta em causa. Essas circunstâncias podem ser de várias ordens:

“...an examination of studies of environmental influences on development reveals the following modal typologies for describing contexts of behaviour and growth: family size, ordinal position, single versus two-parent household, working versus nonworking mother, home care versus day care, parents versus peers, and perhaps the most frequent, social class or ethnic background.

(..) The data in these studies consist not on information about the settings from which the persons themselves, that is, how people from diverse contexts differ from one another.”

(BRONFENBRENNER, 1979: 17)

As crianças não conseguem ficar indiferentes diante destas várias circunstâncias da vida – desorganização familiar –, sendo o seu desenvolvimento diretamente afetado. Ora, se na própria família as inter-relações são postas em causa, as adversidades patentes nos outros contextos, como por exemplo na escola, também poderão trazer sequelas graves para o desenvolvimento da criança não só a nível emocional, motivacional e social, como também a nível cognitivo.

Neste seguimento, e, como tal, a partir do que foi referido anteriormente, surgem outros modelos teóricos que têm como pretensão mostrar que muito do conflito teórico que caracterizou o estudo dos maus-tratos era mais aparente do que real. Refiro-me especificamente a duas teorias – *Garbarino* e *Belsky* – determinadas a conhecer a etiologia dos maus-tratos, referindo mesmo que é possível chegar a este conhecimento se tivermos em conta várias componentes. Ambos, apoiam-se num **Modelo Ecosistémico** com vista a desenvolver uma Perspectiva Ecológica dos maus-tratos, na medida em que concebem o indivíduo num conjunto de subsistemas intrinsecamente ligados através de redes complexas de interacção, o que desencadeia perspectivas que não atribuem a problemática dos maus-tratos apenas à personalidade dos indivíduos, mas sobretudo ao meio em que os mesmos se inserem (SOUSA & FIGUEIREDO, 2000: 82).

Se tomarmos em conta a visão de *Garbarino*, poderemos dizer que este, para além de acreditar que existem famílias propensas ao mau-trato infantil, vai mais longe quando identifica condições causais suficientes e necessárias à ocorrência do mau-trato em questão. Para tal, atribui especial importância, aqueles que directamente prestam cuidados às crianças, por considerar a possibilidade de disfunção no desempenho deste mesmo papel. Assim sendo, de acordo com o autor, a disfunção do papel é influenciada por dois factores: a inversão do papel e a transparência de expectativas. De forma a descodificar estes dois factores, diríamos então que, em muitas situações, a falta de conhecimento para lidar com os filhos conduz à existência de pais maltratantes, na medida em que, estes adoptam um papel violento perante situações inesperadas das crianças, acabando por dar origem a agressões físicas. A transparência de expectativas diz respeito ao facto dos pais criarem esperanças irrealistas em relação aos filhos, no

sentido de que acreditam que as crianças irão preencher muitas das suas necessidades que, por si só não conseguem satisfazer⁴.

Como foi referido anteriormente, *Garbarino* refere ainda existirem condições necessárias que fomentam a ocorrência do mau-trato infantil, sendo as mesmas desencadeadas por dois importantes factores ecológicos: o primeiro diz respeito à *justificação cultural* que, dependendo do contexto cultural, poderá aniquilar o uso da força física dos pais para com as crianças, dado que, em muitas sociedades, as crianças ainda são vistas como algum tipo de propriedade dos pais – Portugal começa a dar os primeiros passos na não-aceitação da cultura da violência; o segundo refere-se ao isolamento social das famílias, contexto favorável à prática dos maus-tratos pois, distancia-as de sistemas de apoio (família alargada, vizinhos e comunidade), os quais são indispensáveis para atenuar situações problemáticas, aumentando consequentemente a auto-estima e o bem-estar. Assim a família constitui um ecossistema, no sentido de que interage com o seu habitat (SOUSA & FIGUEIREDO, 2000).

Belsky é o outro autor a defender a Perspetiva Ecológica, de forma a desenvolver uma base conceptual geral que permita dividir o espaço ecológico. Assim, a sua investigação teve como pano de fundo, quatro níveis de análise ecológica interativos, compreendidos em diferentes esferas de influência (CALHEIROS & M, 2001).

Um dos quatro níveis de análise ecológica diz respeito ao **desenvolvimento ontogénico** (ao nível do indivíduo) que tem como fundamento o contexto de desenvolvimento psicológico, ou seja, a transgeracionalidade permite-nos dizer que o facto do pai ser maltratante poderá ter como razão a violência sobre ele exercida aquando da sua infância. É nesta ordem de ideias que o autor em questão argumenta que existem muitos pais que, apesar de terem sido maltratados, não se tornaram pais maltratantes, alegando ser duvidoso e insuficiente a experiência de um pai, quando criança maltratada, para explicar, em adulto, o seu comportamento maltratante. Assim sendo, *Belsky* acrescenta que o passado dos pais pode predispor a prática de mau-trato se tal estiver aliado a outros factores, nomeadamente, a características psicológicas destes, à saúde mental dos mesmos, à perceção e expectativas do desenvolvimento da criança, assim como os próprios sentimentos em relação à criança.

⁴ Apesar da importância destes dois factores, não queríamos deixar passar em branco o facto de muitos pais maltratantes assumirem vidas repletas de stresse, servindo-se da violência infantil para amortecerem a frustração que os acompanha diariamente.

Um outro nível de análise ecológica respeita ao **micro-sistema** (família) que “envolve o meio imediato da criança-família e suas interações” (Ib., 119). Anteriormente só se atribuía a culpa da violência infantil aos pais, novos estudos vieram acrescentar que as crianças também podem ser potenciais intervenientes no seu próprio mau-trato. À partida parece estranho, mas a verdade é que o autor acredita que na família, o mau-trato deve ser tido como um processo interativo em que se denota a contribuição da criança em relação com os restantes aspetos do micro-sistema familiar, como por exemplo, o número de elementos da família, a qualidade das relações conjugais e, claro, as características da criança. Assim sendo, a pressuposição principal que fundamenta a Perspetiva Ecológica diz respeito ao facto das causas do mau-trato infantil estarem ecologicamente inseridas umas nas outras.

O **exo-sistema** (comunidade) constitui um outro nível de análise ecológica que respeita os “aspetos da comunidade em que as famílias e as crianças vivem” (Ib.), referindo-se especialmente à família alargada, à comunidade e à estrutura económica da qual fazem parte a criança e os seus familiares diretos. O autor menciona algumas variáveis indirectamente ligadas que incitam uma dose de cumplicidade com o mau-trato porque, arrastam consigo sentimentos nefastos ao indivíduo como a frustração e o stress. Assim, o desemprego, a insatisfação laboral, a precariedade económica, assim como a baixa auto-estima, aliados ao facto dos pais passarem mais tempo em casa, aumentam a probabilidade de mau-trato.

Por fim, o quarto nível de análise ecológica denomina-se por **macro-sistema** (cultura) que compreende as atitudes, valores culturais e representações sociais que alimentam o mau-trato infantil, através da influência que exercem no desenvolvimento ontogénico, no micro-sistema e no exo-sistema. A tolerância incutida na sociedade e, como tal, nos pais, leva a que o mau-trato constitua um ato permissivo mesmo com a instituição dos direitos das crianças, na medida em que, o factor cultural ainda vê o castigo físico como a forma mais correta de controlar os comportamentos das crianças.

Partindo dos níveis ecológicos anteriormente referidos, muitos foram os autores que ousaram atribuir a cada um deles fatores de risco que estão inerentes à problemática do mau-trato infantil.

3 - CARACTERIZAÇÃO DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

As Comissões de Proteção de Menores surgiram em Portugal, em 1978. Até então, eram designadas pelos Centros de Observação e Ação Social uma estrutura não judiciária e não autónoma sob o comando dos tribunais, a quem compete a aplicação de diversas medidas para Proteção de crianças e jovens. Os Centros de Observação e Ação Social concretizam uma necessidade há muito sentida para a criação de organismos intermédios que exerçam a função do Estado, de uma maneira mais próxima da comunidade.

Em 1991, foram enquadradas no Decreto-Lei 189/91, denominadas como Comissões de Proteção de Menores, surgindo como entidades autónomas envolvendo as comunidades locais.

Em 1999 o Decreto - Lei é reformulado, sendo que as Comissões de Proteção de Menores passam a ser enquadradas pelo Decreto-Lei 147/99 de 1 de Setembro, art.º n.º2 (I Série - A n.º 204 Diário da República,) sendo alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro).

Em 1 de Janeiro 2001, passam a designar-se por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, foi constituída ao abrigo da portaria de instalação n.º 617/1995, publicada em DR n.º 140 de 20 de Maio de 1995. Como toda a instituição não judiciária, com autonomia funcional, é organizada em parceria e composta por um grupo de membros representantes de diversas instituições.

Neste sentido, tem como objectivos a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens, bem como a prevenção de situações suscetíveis de afetarem a sua segurança, a sua saúde, a sua formação, a sua educação, o seu desenvolvimento integral (art.º 1.º ao 5.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro), deliberando com imparcialidade e independência.

Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência, contando com a colaboração das autoridades administrativas e policiais, bem como das pessoas singulares e colectivas que para tal sejam solicitadas.

As Comissões de Proteção funcionam em duas modalidades:

- a comissão alargada;
- a comissão restrita.

A comissão alargada funciona em plenário. Reúne com periodicidade mínima, bimensal. Possuem uma composição plural - interinstitucional e interdisciplinar. Esta congrega:

- ⇒ um representante do Município;
- ⇒ um representante da Segurança Social;
- ⇒ um representante do Ministério da Educação; Ministério da Saúde;
- ⇒ um representante da IPSS (com actividades de carácter não institucional de crianças e jovens);
- ⇒ um representante das Associações de Pais;
- ⇒ um representante das Associações Desportivas Culturais e Recreativas;
- ⇒ um representante das Associações de Jovens ou representante dos Serviços de Juventude;
- ⇒ um ou dois representantes das forças segurança (PSP,GNR);
- ⇒ quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal (com formação ou capacidades para intervir na área de crianças e jovens em perigo) ou pela Assembleia de freguesia e por Técnicos da Comissão (art.º 17º e 19º da L-147/99 de 1 de Setembro).

A comissão alargada tem como objetivos principais (art.º 18º da lei 147/99 de 1 de Setembro):

- a) Desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem;
- b) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem;
- c) Promover ações e colaborar com as entidades competentes, de forma, a detectar situações que coloquem as crianças e os jovens em risco.

Relativamente à comissão restrita, compete-lhe intervir nas situações concretas em que a criança ou o jovem está em perigo, e aplicar as medidas de promoção e proteção adequadas ao afastamento dessas situações de perigo (Art.º 21º da L-147/99 de 1 de Setembro).

Considera-se em perigo a criança ou o jovem que, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- ✓ está abandonada ou vive entregue a si própria;
- ✓ sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- ✓ não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- ✓ é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento;
- ✓ está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- ✓ assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponha de modo adequado a remover essa situação.

Neste sentido, de forma a assegurar a sua funcionalidade, a comissão restrita reúne com uma periodicidade quinzenal. É distribuído ao plenário da comissão as diligências a efetuar nos processos de promoção e proteção de crianças e jovens. Os elementos que constituem o plenário da comissão restrita fazem também parte da comissão alargada. Esta é composta por:

- um representante do município;
- um representante da Segurança Social;
- um representante do Ministério da Educação;
- um representante das IPSS (em regime de colocação institucional de crianças e jovens);
- um representante das Associações de Pais e por Técnicos cooptados da Comissão.

O estatuto dos membros das CPCJ's caracteriza-se pela imparcialidade e independência relativamente aos serviços ou entidades que representam. O seu mandato é de dois anos renovável, não podendo prolongar-se por mais de seis anos consecutivos.

A intervenção das CPCJ's depende da impossibilidade de atuação das entidades com competência na área da infância e juventude de, só por si e de forma adequada e suficiente, removerem o perigo em que se encontram as crianças e jovens.

As CPCJ's intervêm por sua iniciativa ou mediante participação/sinalização de qualquer pessoa e/ou entidades públicas ou privadas. Porém, esta só terá legitimidade de intervenção se houver o consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso, e, da não oposição da criança/jovem com idade igual ou superior a 12 anos (art.º 9º e 10º da L- 147/99 de 1 de Setembro). No caso de não existir tais consentimentos o processo é remetido aos Serviços do Ministério Público (art.º 11º da L-147/99) do Tribunal da Comarca ou do Tribunal de Menores da área (art.º 64.º, 68.º, 69.º, 70.º, 72.º, 73.º, 75.º e 76.º da L-147/99 de 1 de Setembro).

Quando existe legitimidade para uma intervenção, as CPCJ's aplicam medidas provisórias de promoção e proteção, estas podem ser executadas no meio natural de vida (apoio junto dos pais (art.º 39.º da L-147/99); apoio junto de outro familiar (art.º 40.º da L-147/99); confiança a pessoa idónea (art.º 43.º da L-147/99); apoio para a autonomia de vida (art.º 45.º da L- 147/99)); e/ou em regime de colocação (art.º 35.º da L-147/99), a nível do acolhimento institucional (art.º 49.º ao 54.º da L-147/99) e familiar (art.º 46.º, 47.º e 48.º da L-147/99).

Paralelamente à aplicação das medidas de promoção e proteção supramencionadas, as CPCJ's têm de elaborar um acordo de promoção e proteção, sendo que é através deste que a medida é executada. Neste, são estabelecidas cláusulas, tais como: a identificação do membro da comissão ou do técnico a quem compete o acompanhamento do caso; o prazo por que é estabelecido e as declarações de consentimento ou de não oposição necessárias (art.º 55.º ao 59.º da L-147/99).

Relativamente à duração, cessação das medidas de promoção e proteção aplicadas, aquelas que são executadas no meio natural de vida das crianças e jovens intervencionados, não poderão ter duração superior a doze meses, podendo, no entanto, ser prorrogadas até dezoito meses se o interesse da criança ou jovem aconselhar. A duração das medidas de colocação não possui de um prazo limite, dependendo da relação estabelecida no acordo ou na deliberação judicial (art.º 60.º ao 63.º da L-147/99).

A Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco acompanha, apoia e avalia o desempenho das CPCJ's.

Segundo Maria João Leote de Carvalho na sua tese intitulada de “ *Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento (2010)*” e, tendo por base os dados da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em

Risco e através do *Modelo de Recolha de Dados* por esta mesma, conseguimos obter uma situação social acerca da infância em Portugal apontando a necessidade de construção de um ideal bem-estar infantil e uma uniformidade nos modos de vida na infância, dependendo das variáveis sociais e geográficas. Portugal, retrata nomeadamente desigualdades sociais e elevados índices de pobreza e exclusão social, muito em particular na infância comparativamente com outros países da Europa.

A *Tipologia das Situações de Perigo para a Criança / Jovem* definida pela Comissão Nacional, deve existir um registo de ocorrência policial relativo a crianças menores de 12 anos ou a abertura de inquérito pelas autoridades policiais e/ou o Ministério Público ou a instauração do respetivo processo, podendo o caso ser remetido para a Comissão de Proteção diretamente pelas autoridades policiais ou pelo Ministério Público após instauração de processo.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens não se reportam apenas a crianças menores de 12 anos mas traduzem também a reação social a situações e ofensas de menor gravidade praticadas por aqueles que, simultaneamente, já se encontram abrangidos pela *Lei Tutelar Educativa*.

O Ministério Público acompanha a atividade das CPCJ, tendo em vista apreciar a legalidade e a adequação das decisões, a fiscalização da sua atividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais adequados.

As CPCJ exercem a sua competência na área do município onde têm sede, mas nos municípios com maior número de habitantes podem ser criadas várias CPCJ, como é o caso de Lisboa, Porto e Coimbra. O apoio logístico das CPCJ's é assegurado pelo município.

Concluindo, aborda-se mais os instrumentos a utilizar neste tipo de intervenção e conceitos subjacentes a esta, do que sobre as crianças e famílias envolvidas nos processos de intervenção.

3.1 - O Trabalho quotidiano na CPCJ

A CPCJ opera a partir de denúncias. Estas podem ser efetuadas pela sociedade civil, pelas instituições (ex: forças de segurança (GNR, PSP, PM), escolas, ATL, Jardins de infância, IPSS, Hospitais, Centros de Saúde), por elementos da família, por elementos do agregado familiar, ou pelo próprio menor.

A origem da denúncia está relacionada com o grau de risco em que a criança ou jovem se encontra. Ou seja, as CPCJ intervêm quando a segurança, a saúde, a educação, o bem-estar e o desenvolvimento integral é posto em causa. Para entender os procedimentos de intervenção de um técnico de uma CPCJ, é necessário compreender em que situação a comissão entende que uma criança ou jovem está em perigo.

Apoiando-se na Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro (art.º 3.º, al.2), do Diário da República, considera-se que uma criança ou jovem encontra-se em perigo, quando se verifica:

- ℵ que está abandonada ou entregue a si própria;
- ℵ sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- ℵ situações em que a criança ou jovem não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- ℵ quando a sua dignidade e desenvolvimento integral é posto em causa devido a actividades ou trabalhos excessivos;
- ℵ é sujeita, direta ou indiretamente, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- ℵ quando a criança ou jovem assume comportamentos desviantes que coloquem em causa o seu bem-estar, sem que os seus pais, o seu representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto, se oponham à situação de forma a remover a criança ou jovem da mesma.

Atendendo às informações dadas (relatórios, denúncia escrita ou verbal) a Comissão entenderá se há necessidade ou não de intervenção.

Em caso de intervenção, segue-se a abertura do processo (no caso de este não existir na base de dados). Como foi referido anteriormente, a Comissão só poderá intervir, se tiver o consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto, e do menor, caso este possua no mínimo 12 anos (o consentimento fica registado em ata).

O acompanhamento do processo é feito com o devido conhecimento dos diversos parceiros sociais da CPCJ, assim como do Ministério Público. Estando a comissão autorizada a intervir serão realizadas várias diligências, desde atendimentos (atendimento após convocatória por via postal dos elementos considerados fundamentais pela comissão para analisar e averiguar a veracidade da denúncia) em sede da comissão, ao menor, ao agregado familiar e quem esteja envolvido ou possa ajudar a clarificar alguns pormenores do caso, a realização de visitas domiciliárias, o pedido de relatórios a instituições que o menor frequente (escola, creche, associações) e ao técnico que faz o acompanhamento local. De salientar que sempre que os elementos envolvidos no processo não se apresentem em sede da Comissão, após esta esgotar todas as diligências ao alcance das suas competências, o processo será remetido para Tribunal.

A Mediação Familiar é apresentada como uma via alternativa que se destina a restabelecer o equilíbrio das relações familiares, salvaguardando sempre os interesses da criança e reduzindo os efeitos negativos decorrentes do divórcio. No nosso país a Mediação Familiar está definida pelos tribunais, embora seja uma medida desjudicializada, e tem-se dirigido sobretudo à definição da responsabilidade parental conjunta (Araújo, et al, 2011).

A Mediação Familiar emergiu no ano de 1970 nos EUA com intervenção conceptual pelo O. J. Coogler em Atlanta, advogado, psicólogo e fundador do primeiro centro de Mediação Familiar e primeira associação deste género, no ano 1974, sendo após, seu prosseguidor Jonh Haynes (Araújo, et al, 2011).

Inicialmente esta, foi praticada nos anos 70 em países como Austrália, Nova Zelândia, seguindo-se nos anos 80 países como o Canadá, com serviços de mediação público e privado, o Reino Unido, criando o primeiro centro de Mediação Familiar, em Bristol. Seguem-se a França, Áustria, Alemanha, Bélgica, Finlândia, Itália, Polónia, Espanha, Eslovénia, Noruega, Suécia e Andorra, criando centros de Mediação Familiar. Estes serviços podem ser públicos ou privados, quando públicos, cabe ao Estado fornecer serviços de mediação (Rios, 2005). No entanto, existem ainda poucos estudos que versem sobre as implicações das mudanças legislativas na atuação dos tribunais e nos processos de regulação.

O divórcio materializa um estado de discórdia entre o casal e com isso surge a disputa face à convivência entre pais e filhos (Schabbel, 2005). Quando se evidencia uma situação de divórcio, a criança enfrenta o medo e as consequências negativas de um

lar desfeito. O medo, consciente ou inconsciente de que um deles, seja o pai ou a mãe se vá embora, e ainda a percepção de que os adultos não são confiáveis nem honestos, constituem os problemas decorrentes de divórcios. Sabe-se que os conflitos vividos pelos pais durante o processo do divórcio acarretam graves problemas para os filhos.

De acordo com Rios (2004) é fundamental reduzir estes impactos negativos do divórcio, e garantir a proteção do “interesse superior da criança” com o intuito de proporcionar um desenvolvimento intelectual e físico comum e equilibrado.

A literatura tem enfatizado, aliás, que a situação de divórcio é um processo moroso do qual decorrem problemas e sofrimento para a criança (Saposnek, 1985; Erickson e Erikson, 1988; Ribeiro, 1992; Farinha, 1998; Rios, 2005).

Durante este processo moroso, o casal, mas também os seus filhos, enfrentam momentos delicados e difíceis, tentando resolver questões práticas como por exemplo a guarda e visita, a perda da convivência com um dos pais, sensação de falta de amor, rejeição e abandono (Schabbel, 2005).

Os filhos, por vezes, não compreendem esta situação e reagem mal à ausência de um dos progenitores. Diversas crianças sofrem e desiludem-se muito com esta ausência, pois anseiam a chegada deste momento de partilha com os pais. É aqui que a mediação se torna essencial. Para resolver esta inquietação, este mal-estar entre o filho e o pai ou a mãe ausente pode recorrer-se à cooperação de um mediador que fará uma espécie de ponte das explicações, tentando diminuir o sofrimento. É fundamental que se perceba os direitos dos mediados incluindo os da criança, a decisão voluntária e uma negociação cujo fim último deve ser um acordo sentido como justo e aceite por todos os intervenientes respeitando a vontade de cada parte.

4 - Contextualização Histórica do mau-trato e da negligência

No princípio dos anos 80, embora a investigação do mau-trato físico prevaleça relativamente a outras formas de abuso, aparecem as primeiras definições do mau trato psicológico e da negligência, e inicia-se a investigação sobre o construto de mau-trato, sobretudo nos meios técnico e institucional.

O mau trato e a negligência continuam, no entanto, a representar construtos que agregam pouco consenso, quer entre técnicos quer entre investigadores, o que tem dificultado a formulação e execução do trabalho nesta área. Para os práticos, a definição de mau trato e de negligência afeta a maneira como os casos são classificados, a decisão de os referenciar e a tomada de decisão sobre a intervenção. No contexto de investigação, a inconsistência das definições tem dificultado a revisão e integração da literatura, assim como a constituição das amostras, a avaliação do problema, o estabelecimento de relações consistentes entre variáveis e a generalização e comparação de resultados.

Segundo (Giovannoni, 1989), as definições dos investigadores desenvolvimentistas são puras no sentido científico, mas são ineficazes e inapropriadas fora do contexto de investigação.

O mau trato e a negligência são concetualizados na literatura como ancorados pelos quadros específicos em que são definidos (instituições, técnicos, senso comum e investigadores) e em que se desenvolvem.

O contexto dominante em que o mau trato e a negligência se desenvolvem – interação pais-filhos – tem vindo a ser analisado através dos quadros sociais em que o processo educativo decorre, integrando os três sistemas principais de interação – pais criança e o meio, em diferentes níveis de análise psico-sociais (Doise, 1982).

Inerente às definições prevalece a noção de que o mau trato é um construto mais relativo do que absoluto, devido ao facto de os padrões comunitários sobre o que é educar e quais os cuidados necessários a ter com as crianças refletirem as atitudes públicas, e diferentes pontos de vista entre diferentes grupos, em relação ao que é essencial para a criança e o que prejudica o seu bem-estar e futuro desenvolvimento (Giovannoni & Becerra, 1979). Desta forma, a definição e identificação do mau trato e da negligência inscrevem-se numa área indefinida cujas fronteiras têm vindo a variar em

função dos valores que regem os diferentes contextos em que o problema tem sido abordado.

Embora a referência aos maus tratos tenha emergido nos finais do século XIX, altura em que nos Estados Unidos se reconhece, pela primeira vez, a existência desta problemática (Giovannoni, 1989; Zigler & Hall, 1989), só após a primeira guerra mundial a comunidade internacional desperta para a urgência da protecção à infância.

A necessidade de garantir uma protecção especial à criança é referida na Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, (aprovada pela Sociedade das Nações Unidas em 1924) contemplada na Declaração dos Direitos da Criança de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Convenção dos Direitos da Criança, 1990). É neste contexto que diferentes países começam a definir os serviços que daí em diante foram os responsáveis pela intervenção específica na situação-problema - serviços médicos, sociais, psicológicos e jurídicos (Rad bill, 1987).

Na perspectiva médica está associado a necessidade de se fazer um diagnóstico, sendo central a ideia de que o mau trato é o sintoma de uma patologia dos pais. Assim, os diagnósticos médicos são relativamente objetivos no estabelecimento das fronteiras da *doença*, sendo no entanto menos claros no que se refere à intervenção.

A definição médica é restrita e caracteriza-se essencialmente pela inclusão das consequências dos atos parentais para a criança, sendo estas avaliadas pelas sevícias que são observadas e enquadradas numa determinada posologia. Relativamente aos fatores precipitadores, a definição médica enquadra-se num modelo etiológico que atribui importância à psicopatologia parental e à intencionalidade dos seus atos.

Na perspectiva sociológica a definição emerge, em parte como uma reação e crítica ao modelo médico (Giovannoni e Becerra, 1979). O aspeto central da perspectiva sociológica é a noção de que o mau trato e a negligência implicam um contexto e um julgamento social e por isso a definição inclui os atos parentais que são considerados inapropriados pelas práticas e padrões da comunidade.

Emergiu também a perspectiva legal e o seu objetivo era estabelecer padrões claros em relação às ações parentais que justifiquem a intervenção do tribunal. A este nível constata-se contudo uma grande variabilidade entre os países.

Em Portugal, a definição legal de mau trato pressupõe objetivos e momentos de intervenção diferenciados, através do *Direito da Família* (1995), da *Organização Tutelar de Menores* (1992) e do *Código Penal* (1996).

A definição jurídica integra, no seu conjunto, não só as situações que possam causar perigo para a criança (atos parentais ou situações de vida), como os danos/consequências na criança. No Direito da Família, (Código Civil, 1995), ao definir-se o conteúdo do poder paternal, refere-se especificamente que aos pais compete, entre outras coisas, cuidar da segurança e da saúde dos filhos, referindo expressamente o art. 1918.º que o tribunal pode atuar quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação do menor se encontram em perigo.

Em Portugal, a literatura sobre a definição técnica dos maus-tratos infantis e da negligência é ainda escassa. Contudo, com o objetivo de construir uma tipologia de formas de abuso e de negligência, Almeida e colegas, em 1999, realizaram um estudo com profissionais da infância na área da saúde, educação e serviço social. No que concerne ao território português, referenciam-se datas relevantes distintas: o ano de 1972, pois nesta data o primeiro artigo médico português debruçado sobre esta temática, foi redigido no “Jornal Médico” pelo pediatra Augusto Barata da Rocha e no ano de 1986, como aquele que regista o primeiro grande estudo epistemológico no nosso país, realizado por Amaro (1986; Magalhães, 2002).

4.1 Evolução histórica do conceito de infância

Na antiguidade a criança era caracterizada como um ser inferior e incompleto, sem qualquer tipo de direitos, assumindo características de submissão, obediência e punição. Na verdade, a criança chegava mesmo a ser considerada um “adulto em miniatura”, sendo que no século XVI esta representava uma “tábua rasa”, desprovida de pensamento, racionalidade e sentimentos.

Fruto de um mundo globalizado, excessivamente tecnizado e mecanizado, as relações constroem-se na base do individualismo, das solidariedades egoístas e da procura da satisfação pessoal, dando lugar a famílias cada vez mais disfuncionais. Estas mudanças sociais, aliadas ao facto da sociedade civil estar mais sensibilizada para a denúncia de maus-tratos decorrente da crescente importância que a proteção dos menores adquiriu, conduzem à tendência do verificável aumento gradual de situações de maus-tratos infantis.

Neste sentido, as sociedades contemporâneas, tornam o indivíduo cada vez mais vulnerável e predisposto a situações de risco que levam ao uso da violência como combate das frustrações e condições de vida indesejadas. *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades* e o palco das sociedades modernas, é invadido pela transformação do conceito de família, conceito este, por vezes, inexistente. Na verdade, a estrutura familiar deixa de ser extensa e passa a ser nuclear ou restrita, por vários motivos, entre os quais, o acréscimo de divórcios que conduz ao aumento de famílias monoparentais e reconstituídas e a “emancipação da mulher” que passa a ter uma função quádrupla: esposa, mãe, dona de casa e profissional.

Decorrente das novas sociedades, a família encontra-se constantemente sujeita a determinadas pressões, confrontando-se com fontes de stress que poderão estar relacionadas com os problemas sociais existentes na atualidade. A conjuntura económica que se assiste no nosso país é um exemplo disso, uma vez que, lhe está inerente a precariedade económica associada às más condições de trabalho, emprego precário e ao elevado número de desempregados. O alcoolismo e o consumo de drogas são fatores etiológicos que levam a maltratar crianças (Fernandes cit in Ley e tal, 1986). Neste contexto, relembro o ditado popular que refere que *casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão*. Sem retaguarda familiar e sem redes sociais de apoio (ex:

vizinhos), a mulher assume um papel emancipatório para colmatar a necessidade de contribuir monetariamente na manutenção da sua família. No entanto, muitos são os casos em que, decorrente da empregabilidade de ambos os progenitores, os menores ficam entregues a si próprios ou, por outro lado, “depositados” nas chamadas ocupações de tempos livres, aniquilando a importância da vinculação aos pais.

Podemos dizer que a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral, uma vez que ela é relacional, e inclui tudo o que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. São estas questões que dificultam a intervenção e tornam a temática dos maus-tratos infantis complexa e multifatorial. Saliente-se que estes acontecimentos diários de stress, nomeadamente a falta de tempo para cuidar dos filhos, fazem emergir, de forma vinculada, um novo problema social - negligência parental.

Enfocar a mulher através das tensões e contradições que se estabelecem em diferentes épocas, tempos e sociedades.

Porém salienta-se o conceito de negligência parental, pois é considerado um tipo de mau trato nas crianças e jovens. Poderá ainda ser considerado negligência quando os principais cuidadores não satisfazem as necessidades básicas dos menores, necessidades físicas, sociais, psicológicas e intelectuais, bem como os cuidados mínimos.

Neste contexto, assume centralidade a temática da investigação, o enfoque em casos concretos – cuidadores negligentes de menores, para que, analisando o fenómeno, se encontrem formas de o prevenir, preferencialmente de o colmatar.

Mas mesmo aceitando a existência da infância como uma realidade qualitativamente diferente, tratamos muitas vezes as crianças, quase sem nos apercebermos, como seres em formação, a caminho da vida adulta e, portanto, como seres incompletos. Aceita-se sem questionar a ideia de que as crianças são incapazes de conduzir, por si próprias, actividades construtivas e determinadas por objectivos. As crianças vivem assim num mundo à parte do mundo dos adultos. Também no campo científico se verifica uma separação entre estes dois mundos: é muitas vezes negado às crianças o direito de falarem por si, seja por serem consideradas incompetentes ou incapazes de emitir julgamentos, seja por serem consideradas testemunhas pouco fiáveis das suas próprias vidas. A história do estudo da infância nas ciências sociais tem sido marcada, então, não exactamente por uma ausência de interesse nas crianças, mas mais especificamente pelo seu silêncio.

Um dos conceitos mais determinantes no quadro que suporta o estudo das crianças é, sem dúvida, o conceito de *desenvolvimento*. Este conceito elaborado por psicólogos baseia-se num modelo evolucionário e defende que “ao desenvolver-se em direcção à fase adulta a criança progride ou evolui da simplicidade para a complexidade de pensamento, do comportamento irracional para o **comportamento racional**. A poderosa e persistente influência deste tipo de explicações pode ser ilustrada pelo considerável impacto que os trabalhos de Jean Piaget tiveram tanto na sociedade em geral, como referi atrás, como nos estudos das ciências sociais. Para Piaget, o desenvolvimento da criança tem uma estrutura particular que consiste numa série de estádios pré-determinados que conduzem ao eventual adquirir de competências lógicas, marca da racionalidade adulta.

As teorias de Piaget foram a fonte de inspiração para muitos outros cientistas e a construção científica da irracionalidade, naturalidade e universalidade da infância através dos discursos psicológicos foi directamente traduzida para os trabalhos sociológicos dos anos 50 sobre a **socialização**. Na perspectiva dos funcionalistas estruturais, a socialização seria o mecanismo pelo qual os diversos papéis sociais dos indivíduos eram reproduzidos pelas sucessivas gerações. As crianças eram aqui consideradas como imaturas, irracionais e incompetentes, enquanto os adultos eram vistos como maduros, racionais, competentes e autónomos. A socialização seria o processo pelo qual os primeiros, de uma forma totalmente passiva, seriam transformados nos segundos.

Esta concepção da infância conduziu assim a que a própria Sociologia da Infância tenha permanecido uma especialidade subdesenvolvida. As crianças permaneceram marginalizadas pelo facto de “serem olhadas na maioria das vezes como pessoas marginais cujas actividades e experiências importam menos do que as dos adultos”. Até que as crianças atinjam o status de adultos, parecem contribuir para a sociedade apenas enquanto receptores passivos. A investigação e a teoria sociológica limitou - se assim a focar a sua atenção na família, na socialização e na educação, nunca encarando as crianças enquanto unidades de observação nem a infância enquanto unidade independente de análise, mas apenas enquanto variáveis residuais ou subordinadas, como «apêndices» da análise.

As coisas estão, contudo, gradualmente a mudar. Durante a última década, um crescente número de investigadores trabalharam no sentido de dar às crianças o seu próprio lugar na investigação científica. Começaram por encarar as crianças enquanto

participantes ativos na vida social, económica e cívica dentro e fora da família, dando origem a um *novo paradigma* no estudo da infância. Para este paradigma, a infância deve antes de mais ser entendida como uma construção social. Deve também, enquanto variável de análise social, nunca ser separada de outras variáveis como classe, género ou etnia. Este novo paradigma defende que as relações sociais das crianças e da infância são merecedoras de estudo por si mesmas e não apenas quando respeitam à construção social feita pelos adultos. Isto significa que as crianças devem ser vistas como activamente envolvidas na construção das suas próprias vidas sociais, das vidas dos que as rodeiam e das sociedades em que vivem.

5 - COMPREENSÃO DO PROBLEMA: ELABORAÇÃO DE UM REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo presente a problemática dos maus-tratos infantis e depois da fase de recolha de informação, é-nos possível elaborar a sua **Construção Teórica**, assim como uma contextualização da família.

Em traços gerais, pretendemos percorrer e expor, através de uma cronologia histórica, os marcos mais importantes na biografia da criança, inclusivamente o despoletar do conceito de maus-tratos e a sua sucessiva formulação, bem como os contributos que foram surgindo para a valorização da mesma, tendo em conta três grandes pilares da sua sustentação: Família, Sociedade e Estado.

Numa segunda parte, iremos abordar o contexto familiar, na medida em que este constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento da criança. Sendo transformado pela mudança, este contexto constrói-se numa sucessão de (des) equilíbrios que, quando ultrapassados positivamente, favorecem o desenvolvimento saudável da criança e dos restantes membros familiares. Por seu lado, quando a família permanece rígida face à mudança do seu ciclo vital, inicia estados de desorganização que bloqueiam o seu crescimento conduzindo, na maioria das vezes, à prática de situações de risco que, por sua vez, podem despoletar a prática do mau-trato.

6 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEI

“A construção da categoria da infância deve ser compreendida na sua inserção num processo lato de transformações sociais, associadas às modificações, decorridas e em curso no âmbito das famílias e dos sentimentos.”

(AFONSO, 1998: 61)

Desde o início da humanidade até hoje, a infância vem adquirindo novos contornos na sociedade nomeadamente, no seu vislumbamento e na sua organização, o que foi conferindo à criança novos estatutos.

Coexistiram “...desde sempre conceitos ambivalentes sobre o que é educar ou castigar uma criança, variando consoante os períodos históricos e sociais, assim como segundo, os diferentes estratos sócio-culturais.”

(AFONSO, 1998: 61)

“Os maus-tratos infantis existem desde a Antiguidade em todo o mundo. Abusar da criança é uma realidade desde que existe a raça humana.”

(GALLARDO, 1994:17)

“Quanto mais longe vamos na história, mais baixo e deficiente é o nível de cuidados para com a criança, maiores são as probabilidades de morte, abandono, espancamento e abuso sexual...”

(DEMAUSE cit. in SOARES, 1997:37)

Analisar a história dos maus-tratos infantis implica remontar à Antiguidade e às antigas civilizações gregas e romanas pois, aí a existência destes maus-tratos era já uma prática usual no seio das famílias (GALLARDO, 1994).

Na Roma Antiga, pode apontar-se a título de exemplo, o caso de bebés sacrificados em altares destinados a esse fim, projectados contra as paredes ou então abandonados sem roupa às intempéries quando se tratava do nascimento de filhos com deficiência física, ilegítimos ou do sexo feminino, era ainda comum a prática de relações sexuais entre adultos e crianças do sexo masculino castradas. Outra prática generalizada nesta época era o infanticídio, acto em que os pais sacrificavam os seus filhos em devoção e prol dos mitos gregos e dos Deuses. O curioso é que nos pais que cometiam tais atrocidades aos seus filhos não habitava qualquer sentimento de culpa (GALLARDO, 1994).

Nesta época, não existia uma concepção concreta do que era a infância logo, prevalecia a Teoria do Homúnculo (SOARES, 1997), ou seja, as crianças não eram mais do que adultos em miniatura (em tudo semelhantes a eles à excepção das dimensões físicas), sendo desta forma regidos e julgados pelas leis daqueles, impedindo a infância de se afirmar como uma categoria autónoma. É e tendo como fundo este panorama que a sociedade, e inclusivamente as artes medievais, se inspiravam e fundamentavam. A falta desta consciência social é bem visível pela literatura e iconografia da época, onde não constavam quaisquer referências da infância ou da criança. Relativamente à pintura, a única representação existente é uma cena do evangelho em que Jesus pede que deixem ir à sua presença todas as criancinhas e, então, estas aparecem representadas como adultos mas numa escala mais reduzida; crê-se então que o tamanho das figuras era o único elemento diferenciador da época⁵. Porém, no século XIV, esta consciência colectiva acerca da infância parece ter amadurecido um pouco pois, data daí que a iconografia religiosa estende as suas representações à infância sagrada.

Para além do valioso contributo de Ariès, DeMause (SOARES, 1997) foi também uma presença de grande relevo no processo de tomada de consciência da infância. Do seu decurso profissional, podemos sintetizar as três atitudes a que o adulto pode proceder com a criança. São elas: a atitude de projecção (a criança é vista como um meio para a satisfação dos interesses dos adultos), atitude de reversão (a criança é vista como substituto de uma pessoa para com a qual não se detém grande consideração) e atitude de regressão (denota-se a preocupação do adulto com as necessidades da criança)⁶.

O pensamento filosófico e teológico que se abatia sobre a criança por volta do século XII descrevia-a como ser desprovido de natureza humana, submersa em perversão e pecado logo, tendo em conta estas características, os pais deveriam tratar os filhos com frieza e autoridade, dando-se a si próprios como exemplo de perfeição (AFONSO, 1998).

No que confere à protecção das crianças e jovens, pode dizer-se que no século XV esta se encontrava circunscrita à criação de grandes instituições de acolhimento, que

⁵ Isto, segundo um trabalho histórico realizado por Philippe Ariès onde, através da iconografia, pretendia aferir algumas conclusões relativamente à consciência colectiva existente acerca da infância.

⁶ Pode dizer-se que, de entre as três atitudes, a atitude de regressão é tida hoje como a mais adequada e ajustada pois, ela tem presente a dimensão da criança como um ser com necessidades autónomas.

mais pareciam depósitos de crianças que a sociedade rejeitava; é exemplo em Portugal a criação das primeiras instituições de caridade pela Rainha D. Leonor. Para estas instituições “...eram enviadas, indiscriminadamente e por tempo indeterminado, as crianças órfãs, desvalidas, abandonadas, mendigas e pervertidas que assim, intencionalmente segregadas da sociedade, deixavam de incomodar as consciências” (CLEMENTE, 1998: 19).

Até ao século XVI, a criança não era tida como merecedora de importância, ela representava uma tábua-rasa, sendo que até aos seis/sete anos de idade, era vista como um ser desprovido de pensamento, racionalidade e sentimentos, mais parecido com os animais do que com os homens por possuir uma linguagem muito pouco elaborada e perceptível. Era impensável, neste contexto, a existência de direitos afectos a crianças e jovens.

Neste sentido, os pais não remetiam grande investimento emocional e afectivo para os seus filhos, preocupando-se antes em exercer grande poder sobre eles, poder esse que permitia abandonar, ignorar, abusar sexualmente, vender ou mutilar pois, ainda não vigorava qualquer política de protecção à criança. Esta falta de um vínculo afectivo forte entre pais e filhos prendia-se também com a constatação das altas taxas de mortalidade infantil da época⁷, o que causava o medo dos pais se apegaram em demasia aos seus filhos e, depois, estarem susceptíveis a perdê-los a qualquer momento (ARIÈS, 1986; MATOS, FIGUEIREDO, 2001). Neste período, a criança, vista como adulto em miniatura, deixa de ser pertença e tarefa exclusiva da família, alargando-se a sua socialização e educação à comunidade designadamente, aos vizinhos, amigos e pessoas idosas no momento (ARIÈS, 1986).

As primeiras preocupações com a sobrevivência e protecção das crianças surgem no decurso dos séculos XVI e XVII, marcadas por uma maior atenção, afectividade e ternura com as mesmas; “*Le sentiment de famille, qui émerge ainsi ..., est inséparable du sentiment de l'enfance*” (ARIÈS, 1973:235). É nesta altura que surge em Portugal a intervenção baseada na caridade cristã assegurada pelas Misericórdias, que tem em

⁷ A par desta alta taxa de mortalidade, verifica-se também uma alta taxa de natalidade; as famílias da época, ditas tradicionais, eram famílias alargadas dado o elevado número de filhos que tinham. O que acontecia era que, embora nascessem muitos filhos, poucos permaneciam vivos na família, devido à precariedade dos cuidados, à ignorância e falta dos mesmos. Verificava-se aquilo que Maria Montessori (s.d.: 387) denominava de “matança dos inocentes”.

conta a intercessão com os “enjeitados”⁸, isto é, as crianças abandonadas e maltratadas (AFONSO, 1998). Nesta nova concepção de infância, a criança é entendida como fonte de prazer e bem-estar para os pais contudo, surge por parte destes, a necessidade de moldar a criança à sua imagem e protótipos, desejando que esta tenha um crescimento acelerado, de modo a interiorizar rapidamente as normas e valores da sociedade (ARIÈS, 1986). Para os adultos, “...não valeria a pena existir infância e juventude: as pessoas podiam nascer já crescidas” (SANTOS cit. in PINTO, SACRAMENTO, 1999:27).

Por esta altura, a criança deixa de ser encarada como adulto em miniatura passando a afirmar-se como um ser em formação, formação essa que toma a punição como instrumento de correcção e educação; pode dizer-se que a violência constituiu e constitui para diversos grupos sociais a norma de comportamento mais eficaz e correcta a adoptar, violência esta que era patente quer na família quer na escola (MACHADO, GONÇALVES, 2002).

No recinto escolar, as crianças “...estão fechadas e escravizadas, expostas a um tormento que a sociedade as obriga. O peito estreito, que dá predisposição para a tuberculose, é originado pela permanência aí durante longas horas, curvadas sobre as carteiras, a ler e a escrever; a coluna vertebral curva-se, devido a essa posição forçada, a miopia era devida ao prolongado esforço do olhar, sem luz suficiente, e, finalmente, todo o corpo se deformava e era quase asfixiado por longa permanência em locais com reduzido espaço e fechados. Mas o tormento não era só físico: provou-se que se estendia também ao trabalho mental. Os estudos eram pesados e a as crianças, constrangidas entre o tédio e o temor, tinham a mente fatigada e o sistema nervoso exausto. Eram preguiçosas, desanimadas, melancólicas, viciosas, sem confiança em si e sem a formosa alegria da infância (MONTESORI, s.d.: 388).

“Com efeito, em toda a aspiração educativa e em toda a pedagogia antiga, até aos nossos dias, a palavra educação foi sempre sinónimo de castigo e a sua finalidade submeter a criança ao adulto, que se substitui à natureza, pondo os seus argumentos e fins no lugar das leis da vida” (MONTESORI, s.d.: 390-391). Falando ainda de educação, importa lembrar que desde tempos remotos que esta esteve sempre ligada à autoridade/poder paternal⁹, sendo fortemente vinculado o estatuto do pai dentro de uma família. A figura paterna assumia o papel de “senhor” e de chefe, tendo como funções

⁸ Este é um terno concebido por Calheiros.

⁹ O termo poder paternal foi substituído, dando lugar a responsabilidade paternal.

manter a autoridade, o respeito e a disciplina que, se não fossem entendidas a bem, eram entendidas a mal, ou seja, com recurso à punição e violência.

A criança como portadora de vida própria emerge no século XVIII, sob as influências do Iluminismo e do pensamento de Jean Jacques Rousseau. A partir de então, são assumidas as particularidades e potencialidades da criança pois, esta é vista como dotada de um mundo próprio, com interesses, necessidades e direitos especiais, características estas que vêm influenciar o processo educativo e demarcar um espaço próprio para a sua socialização: deixa de se imiscuir nos trabalhos do campo ou das fábricas (onde trabalhava, em condições sub-humanas, 12 a 14 horas por dia) como se de um adulto se tratasse, e passa a permanecer em casa junto com a mãe¹⁰ ou, mais tarde, com as crianças na escola.

Deste modo, a representação social da criança no seio familiar sofre mudanças: a criança deixa de se ligar a funções instrumentais no interior da mesma (vista como força de trabalho e contributo para o bem-estar económico da família) desempenhando novas funções mais de cariz afectivo (função afectiva, representa um investimento de companheirismo e de gratificação afectiva para os pais; função de coesão, une o casal em torno de um projecto que representa uma história comum; função estatutária, atribui aos pais novas formas de visibilidade e identidades sociais; função de papel, representa um novo campo de aprendizagem/construção e exibição de saberes; função de linhagem, assegura a reprodução da identidade daquela geração no tempo) (ALMEIDA, 1998). Verifica-se também nos finais deste século a diminuição da taxa de mortalidade infantil que tanto vinha marcando o compasso da história. Isto foi possível graças à melhoria das condições sócio-económicas e aos avanços que a medicina foi conquistando (aparecimento de algumas práticas contraceptivas), sendo estes factores também revolucionários na viragem das atitudes a ter com as crianças e na idealização da infância.

A separação do mundo da criança do mundo dos adultos apenas foi solidificada com o eclodir do século XIX e com a consecutiva expansão das Ciências Sociais (psicologia, pedagogia, medicina infantil, entre outras). Este fenómeno permitiu que a infância se tornasse uma categoria social autónoma e passível de tratamento mas, ao mesmo tempo, vulnerável e carente de auxílio.

¹⁰ O final do século XVIII revolucionou o papel e o valor da figura materna no seio familiar; a partir desta data é dada bastante importância ao conceito vinculação mãe/filho.

7 - A INTERVENÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação ou desenvolvimento integral e regem-se pela Lei nº 147/99 de 1 de Setembro.

Segundo a Constituição da República:

“A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros” (art. 67.º, nº1).

“Incumbe, designadamente, ao Estado para protecção da família: a) Cooperar com os pais na educação dos filhos” (Ib., nº 2, a).

“Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização pessoal e de participação na vida cívica do país” (art. 68.º, nº 1).

“As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições” (art. 69.º, nº 1).

Dada a vulnerabilidade da criança, começa-se a denotar uma preocupação do Estado relativamente à educação das crianças, sendo agendadas por si novas funções, bem como a implementação de recursos materiais (escolas, creches, infantários¹¹) e humanos (professores), e novas leis de modo a assegurar os direitos e deveres de cidadania e emancipação das crianças. Pode dizer-se que o Estado foi um poderoso reforço para a mudança instituída na concepção da infância e para os processos de socialização infantil pois, a sua intervenção tornou exequível o delineamento e a fundação dos direitos sociais e das políticas sociais, para além da instituição de uma burocracia que tornasse factível a sua aplicação.

¹¹ O primeiro jardim-de-infância em Portugal data de 1882 e a primeira legislação sobre creches data do Regime Monárquico, com o Decreto de 14 de Abril de 1891; este estabelecia que todas as fábricas que empregassem mais de 50 mulheres eram obrigadas a terem uma creche com os necessários requisitos higiénicos (AFONSO, 1998).

A necessidade da implementação desses recursos materiais tem a sua origem na emancipação e liberalização da mulher, inclusivamente na entrada desta para o mundo do trabalho (MONTEIRO, VENTURA, 1997; PARKER, 2000). Tudo começou pelas movimentações feministas em França¹² por volta da I Guerra mundial (1914-1918), em que se apelava fortemente à igualdade de direitos entre homens e mulheres, alegando que o exercício de uma profissão era definido como um direito e uma forma de acesso à cidadania. Assim, com a partida dos homens para a guerra, as mulheres passaram a ocupar os lugares de trabalho que estes haviam deixado (cargos em escritórios, bancos, na função pública, na metalúrgica e nos caminhos de ferro); desta forma materializam-se e solidificam-se os ideais trabalhistas, tendo sido as manifestações das mulheres assumidas como as forças motrizes desta revolução.

Daqui, resulta que a mulher se depara frente a uma dupla jornada de trabalho: papel de mãe e papel profissional, não conseguindo se separar de nenhum deles pois, ao primeiro confere o valorização das crianças e a importância da maternidade e, ao segundo, o valor da realização pessoal. Neste sentido, novas mentalidades geram novas necessidades e, por consequência, a mulher e mãe apelam à criação de estruturas que funcionem como suporte e apoio ao seu quotidiano, de modo a possibilitar a entrega a ambas as tarefas, pois a labuta leva a mãe a ausentar-se de casa e, de certo modo, a ausentar-se dos filhos¹³.

Neste panorama, em 1911 funda-se em Portugal (Lisboa) o primeiro tribunal especial para crianças, denominado **Tutoria Geral da Infância**, contudo, com práticas privativas de liberdade, já que o internamento se procedia por tempo indeterminado em casas ditas de correcção, ou reformatórios, ambos de regime fechado (CLEMENTE, 1998).

¹² Esta revolução, que tinha como fim a igualdade dos direitos entre sexos, foi possível muito devido a contributo de Olímpia de Gouge, que publicou o livro A Declaração dos Direitos da Mulher, no qual se exigia a igualdade em campos distintos como: lei, governação e educação (PARKER, 2000). A título de curiosidade, o direito ao voto foi a primeira vitória conquistada.

¹³ Com a dedicação e entrega cada vez mais acentuadas da mulher no campo profissional, vão-se deparando alterações no modelo familiar. Por outras palavras, passa-se de famílias numerosas (alargadas) para famílias com um número de filhos mais reduzido, inclusive actualmente com um/dois filhos por casal (família nuclear). Isto ficou a dever-se ao nível de bem-estar, conforto, condições e educação que, com o decorrer do tempo e com uma nova concepção de infância, se quiseram proporcionar aos filhos em maior escala. É devido a esta valorização da criança que, hoje, se fala bastante da importância do planeamento familiar, da prevenção e cuidados a ter com a gravidez, das ecografias no decorrer da gestação, da vinculação mãe-filho, entre outros vectores.

Este ano inaugura também a (Primeira) **Lei da Protecção à Infância**, que estabelece uma alteração na jurisdição de menores, sendo que, “A finalidade do diploma era não só de prevenção quanto aos males sociais que podiam conduzir à perversão e ao crime os menores de 16 anos, como também remediar os efeitos desses males” (EPIFÂNIO cit. in AFONSO, 1998: 59). Com o *status* autónomo que a criança adquire, o Estado, designadamente os Tribunais, passam a interferir na “protecção, educação e correcção dos menores abandonados, pobres ou maltratados, dos ociosos, vadios ou mendigos e daqueles que se constituam como autores de contravenções ou crime.” (Formulação da Lei Portuguesa de Protecção à Infância de 1911), possibilitando as condições económicas, sociais e culturais imprescindíveis ao desenvolvimento pleno da infância, mesmo aquando da impossibilidade da família perante esta responsabilidade.

Com o final do século XIX e o desabrochar do século XX, a criança representa o alvo central das preocupações por parte de todas as Ciências Sociais, Humanas e Políticas, sendo a infância encarada como vital para a estruturação da personalidade e as suas vivências a base de sustentação e delineação da vida adulta. “... devemos considerar a criança como o farol da nossa vida futura. Quem queira obter algum benefício para a sociedade tem, necessariamente, de se apoiar na criança, não só para a salvar dos desvios, mas também para conhecer o segredo prático da nossa própria vida. Sob este ponto de vista, a figura da criança apresenta-se potente e misteriosa, devendo-se meditar sobre ela, porque a criança, que contém o segredo da nossa natureza, se converte em nosso mestre” (MONTESORI, s.d.: 382). Já Freud, em tempos remotos, dizia que “a criança é o pai do homem”.

Neste sentido, vai-se notando alguma movimentação no sentido da defesa dos direitos da criança, mais concretamente no Pós I Guerra Mundial pois, no seguimento das condições de pobreza e destruição que marcaram este acontecimento, as crianças ficaram sujeitas a condições bastante adversas. É com este fundo que é proclamada a **Primeira Declaração dos Direitos da Criança**, em Genebra em 1923 e em Portugal em 1927. Mais tarde, em 1946, fundada a **UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância – com o propósito de se debruçar sobre as necessidades iminentes das crianças

da Europa e da China e assegurar serviços relativos à saúde, nutrição e bem-estar no Pós Guerra¹⁴.

Dois anos depois, em 10 de Dezembro de 1948, é aprovada a **Declaração dos Direitos do Homem** contudo, estes não contemplavam a especificidade dos direitos da criança e, para tal, é implementada a **Declaração dos Direitos da Criança** em 1959.

Esta Declaração era detentora de *dez princípios* que citavam o direito da criança em:

- Desfrutar de todos os direitos enunciados na Declaração sem discriminação alguma;
- Desfrutar de protecção especial e usufruir das oportunidades e serviços que lhe possibilitem o seu desenvolvimento pleno, de uma forma sã e normal, em condições de liberdade e dignidade;
- Ter um nome e uma nacionalidade desde o nascimento;
- Usufruir de todos os benefícios da previdência social;
- Receber tratamento, educação e cuidados especiais se é portador de algum impedimento físico ou moral;
- Crescer num ambiente de amor, compreensão, carinho e segurança e, sempre que seja possível, ao amparo e sob a responsabilidade dos seus pais;
- Receber educação gratuita;
- Receber protecção e socorro antes dos demais em caso de acidente;
- Receber protecção contra todas as formas de abandono, crueldade e exploração;
- Ser educada num espírito de compreensão, tolerância e fraternidade universal.

Porém, inicialmente, esta Declaração não permitiu na totalidade a consagração destes direitos para com as crianças pois, isso envolvia uma reorganização das sociedades, culturas e mentalidades que nem todos estavam receptivos a adoptar.

Mais tarde, com o aprofundamento dos estudos relativos à criança e ao jovem, proporciona-se uma nova viragem nestas questões, visto que se clareiam as suas capacidades e potencialidades, o seu espírito inovador, o seu contributo como agente de propósito de se debruçar sobre as necessidades iminentes das crianças da Europa e da China e assegurar serviços relativos à saúde, nutrição e bem-estar no Pós Guerra.

¹⁴ Ellen Key, pedagoga sueca, chega mesmo a apelidar o século XX de “Século da Criança” dada a relevância que a infância adquiriu a partir da I Guerra Mundial em termos do despoletar da protecção e direitos para com as crianças (AFONSO, 1998:55).

Dois anos depois, em 10 de Dezembro de 1948, é aprovada a **Declaração dos Direitos do Homem** contudo, estes não contemplavam a especificidade dos direitos da criança e, para tal, é implementada a **Declaração dos Direitos da Criança** em 1959.

Esta Declaração era detentora de *dez princípios* que citavam o direito da criança em:

- Desfrutar de todos os direitos enunciados na Declaração sem discriminação alguma;
- Desfrutar de protecção especial e usufruir das oportunidades e serviços que lhe possibilitem o seu desenvolvimento pleno, de uma forma sã e normal, em condições de liberdade e dignidade;
- Ter um nome e uma nacionalidade desde o nascimento;
- Usufruir de todos os benefícios da previdência social;
- Receber tratamento, educação e cuidados especiais se é portador de algum impedimento físico ou moral;
- Crescer num ambiente de amor, compreensão, carinho e segurança e, sempre que seja possível, ao amparo e sob a responsabilidade dos seus pais;
- Receber educação gratuita;
- Receber protecção e socorro antes dos demais em caso de acidente;
- Receber protecção contra todas as formas de abandono, crueldade e exploração;
- Ser educada num espírito de compreensão, tolerância e fraternidade universal.

Porém, inicialmente, esta Declaração não permitiu na totalidade a consagração destes direitos para com as crianças pois, isso envolvia uma reorganização das sociedades, culturas e mentalidades que nem todos estavam receptivos a adoptar.

Mais tarde, com o aprofundamento dos estudos relativos à criança e ao jovem, proporciona-se uma nova viragem nestas questões, visto que se clareiam as suas capacidades e potencialidades, o seu espírito inovador, o seu contributo como agente de para a justiça dos menores, tendo sido em muito influenciada pela crise do Estado-Providência¹⁵ e pela presença de um modelo de protecção das crianças e jovens que se circunscrevia à intervenção judicial¹⁶. “Assim, de um modelo protecctionista do tipo “Estado-Providência” que define ele próprio o que deve proteger, quando e como,

¹⁶ Vários profissionais, de áreas distintas, achavam que a intervenção meramente judicial não se coadunava com os problemas emergentes, achavam de extrema importância implantar um sistema não-judicial.

passou-se para um modelo do tipo “Estado de Direito”, que promove os direitos e a protecção dos menores, acompanhando ideologias liberais e de defesa dos direitos da criança” (MAGALHÃES, 20002:68).

Urgia a necessidade de novos instrumentos jurídicos e de um modelo interventivo que unisse em parceria o Estado e a Sociedade Civil, possibilitando uma acção colectiva, local (trabalho no terreno), inter e pluridisciplinar para enfrentar a complexidade dos problemas sociais. É com estes ideais que se começa, então, a desenhar as primeiras formas de protecção não-judicial de menores.

Volvidos mais alguns anos, é redigida a 1 de Outubro de 1999 a **Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo**¹⁷ (vigorada a 1 de Janeiro de 2001), sendo que, “A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo (art. 3.º, nº 1).”

Importa ainda deixar claro que, “Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se integra a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo a remover essa situação (art. 3.º, nº 2).”

Cada sociedade tem a sua própria noção de uma cultura ideal – partilhada através de modos de agir, de pensar e de sentir – e uma outra noção de uma cultura real – que diz respeito ao entendimento e concepções sobre o que acontece quotidianamente nos

¹⁷ Lei nº147/99, art. 3.º

limites dos quadros sociais e culturais. Acontece que alguns indivíduos podem afastar-se da chamada cultura ideal sem que haja lugar a punição ou sanção negativa, na medida em que para isso aconteça é necessária a sua detecção, a partir da qual se desenvolvem formas sociais de (re) agir colectivamente (Curra, 2010).

A Sociologia é uma área que entrou tardiamente neste processo, tem vindo a destacar-se um certo paradoxo: as crianças tornaram-se objecto de crescente interesse nas sociedades ocidentais à medida que o seu peso foi diminuindo no conjunto total da população. Parece poder afirmar-se que quanto mais os adultos afirmam desejar e gostar de crianças, cada vez são menos as que nascem e cada vez parece ser menor o tempo disponível para estar com elas (Qvortrup, 1995).

Não é de estranhar que, a partir do medo de se ver uma criança em risco, a “hipervigilância”, sobretudo parental, se tenha tornado uma das imagens de marca das sociedades contemporâneas, numa linha de crescente privatização de espaços, equipamentos e actividades para a infância (Katz, 2005). Deste processo resulta uma acentuada diferenciação no acesso a recursos em função da origem social e da natureza dos territórios onde as crianças se localizam. Num certo paralelismo às preocupações anti-terroristas dos Estados, e ignorando-se que não é possível proteger uma criança de todos os perigos que a rodeiam, os quadros de ansiedade parental traduzem-se numa polimorfia de acções, e disso são exemplos os sistemas de videovigilância específicos (“nannycams”) para o controlo dos quadros devia tanto no universo privado da família (a casa) como na escola ou em espaços lúdicos, os equipamentos privados e fechados para brincadeiras, os dispositivos electrónicos de uso comum (como o telemóvel) a que se associa GPS, etc. . Reproduz-se a insegurança em que se vive e acentua-se o fosso entre os diferentes posicionamentos de uns e outros na estrutura social (Katz, 2005).

A intervenção tutelar de promoção e protecção, expressa na *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (LPCJP), desenvolve-se relativamente a casos em que se verifique a ameaça dos direitos essenciais (cívicos, sociais, económicos e culturais) da criança ou jovem até aos 18 anos de idade que, por tal, se vê em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, requerendo-se, deste modo, a actuação do Estado. Os sistemas sociais e judiciário devem responder ao perigo identificado desencadeando acções que proporcionem as condições adequadas à promoção dos direitos e protecção das vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso, abandono ou tratamento negligente, ou quando se vejam privados de um

ambiente familiar que garanta o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Guerra, 2004; Bolieiro e Guerra, 2009).

Importa reter que com a reestruturação do edifício legislativo ocorrida em Portugal nestes últimos anos um importante conceito adquiriu maior visibilidade. Trata-se da passagem do conceito de “*crianças em risco*”, amplamente divulgado e sustentado na intervenção à luz do anterior modelo consubstanciado na *Organização Tutelar de Menores* (1978), para a adopção de um outro, de carácter e natureza mais restrito, definido como de “*crianças em perigo*” (Gersão, 2000; Guerra, 2004).⁸⁴ Tal como expresso na *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, parte-se da ideia que “*nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida, na sua autonomia e na da sua família*”. Ficam de fora as acções desenvolvidas numa perspectiva de “*prevenção secundária*” que visam a eliminação ou redução dos factores potenciadores do risco através da actuação directa ao nível da criança, dos pais e do seu meio envolvente (Bolieiro e Guerra, 2009).

Em suma, “Quando a criança está em risco, é porque o seu estado ou sua situação encontram-se desadequados, inconsistentes ou desequilibrados face ao seu destino e aos objectivos do ser humano, pelo que se torna urgente restabelecer o equilíbrio e a sua coerência” (AFONSO, 1998: 54).

8 - DA FAMÍLIA TRADICIONAL À FAMÍLIA MODERNA

É crucial no âmbito deste trabalho a incursão na Sociologia da Família, na medida em que se pretende inquirir sobre as representações familiares das crianças e sobre as suas expectativas em relação à futura família. Isto pressupõe o manusear de uma série de conceitos desenvolvidos pela Sociologia da Família, assim como a compreensão das formas e modos de funcionamento familiares e a sua evolução histórica.

Apesar da família ser uma das instituições base mais antigas da sociedade, não teve sempre a mesma configuração nem espacial nem historicamente. De facto, assiste-se hoje ainda a uma proliferação de diversas reflexões de intelectuais das mais variadas áreas sobre as recentes transformações e recomposições que a família tem sofrido. É comum ouvir o discurso popular afirmar que a família está a desaparecer, a ruir, que a família está em crise. No entanto, o meio científico parece ter chegado à conclusão que a família está apenas a sofrer profundas reestruturações e transformações nas suas formas de funcionamento, organização e nas funções que desempenha, não se encontrando necessariamente em crise na sua essência.

Essas profundas reestruturações e transformações conduziram a uma pluralidade de *novas formas de família*, que são muitas vezes vistas como variantes ao desenvolvimento familiar normal e, logo, como desvios à norma. De facto, são configurações ainda hoje consideradas mais ou menos atípicas as uniões de facto, a monoparentalidade, as famílias adoptivas ou de acolhimento, as famílias reconstituídas e as famílias homossexuais.

Independentemente de toda esta nova multiplicidade de formas familiares, a família continua a ocupar um lugar central na sociedade. É considerado o espaço de afeto por eleição e a palavra família evoca naturalmente em todos nós a memória dos que nos são queridos e com quem partilhamos a vida.

“A família é uma instituição presente em todas as sociedades humanas. Em contrapartida, as formas que ela reveste e as funções que ela preenche são extremamente variáveis no tempo e, para uma mesma época, de uma sociedade para a outra. A família é portanto um fenómeno essencialmente cultural.”

(ÉTIENNE, 1998: 164)

Como refere a citação anterior, as formas e as funções da família foram-se alterando no compasso do tempo. A existência de diversas sociedades, regendo-se cada uma por diferentes modelos de ser, de estar e de sentir, aliada à mutação temporal faz com que não nos possamos pronunciar sobre a existência de uma única estrutura familiar, outrora instituída e desde então conservada como inviolável e inextinguível.

Como se costuma dizer, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. Com o passar dos tempos, as pessoas foram viajando pelo mundo e, com isso, tomaram conhecimento da existência de outras civilizações, caracterizadas por diferentes formas de convívio e de união e com a estipulação diferenciada de papéis e funções por parte dos elementos da família. Com isto, as estruturas familiares foram-se deixando influenciar por outros modelos, e a visão da família como algo estanque foi sendo derrubada. É neste sentido que a família é encarada como um fenómeno cultural.

O palco das sociedades contemporâneas é invadido pela presença de novos tipos de família, não havendo quase lugar para a figuração da família dita tradicional. Para este facto contribuíram, ao longo dos tempos, uma série de fatores e/ou processos nomeadamente, a visão do mundo como sendo uma “aldeia global”, os processos de industrialização, europeização, globalização, urbanização e capitalismo.

De modo a melhor percecionarmos a transição da família tradicional à família moderna, despoletada por aqueles processos que alteraram a estruturação e organização do tecido familiar, achamos pertinente atribuir alguma da nossa atenção a esta matéria.

O desenvolvimento dos estudos sobre a família em Portugal também se inscreve, obviamente, na história da sociologia portuguesa. Esta emergiu, ao longo dos anos 60, num contexto económico e social particular: o da reorientação do processo de industrialização e da abertura progressiva ao investimento estrangeiro; o das guerras coloniais; o da estagnação da sociedade rural, dando origem ao abandono dos campos para a cidade e à emigração maciça para a Europa.

Nos princípios da década de 60, as ciências sociais tentavam libertar-se da componente doutrinária que marcara trabalhos do Centro de Estudos Corporativos e produzir um discurso sociológico autónomo. As análises Weberianas às sociologias da ação, passando sobretudo pelo pensamento marxista, cuja influência, então considerável, se explicava, em parte, pela sua importância na luta ideológica e política contra o regime, procuravam compensar a posição periférica de Portugal em relação aos principais centros de saber sociológico.

Desde o fim dos anos 70, no prolongamento das influências já descritas e sob o efeito de novas tendências que se revelaram progressivamente, a investigação sobre a família conheceu diversos desenvolvimentos.

Novos temas aparecem, como o divórcio e a diversidade das suas representações sociais segundo o sexo e a classe social (Torres, 1988 e 1990), os jovens e a família (Machado Pais, 1985) ou ainda a violência familiar como prática social enraizada no contexto das relações conjugais (Ferreira da Silva, 1991).

No que se refere à sociologia da família em Portugal, podemos dizer que o domínio de investigação se encontra ainda numa fase de esforço de reflexão sistemática e que se observa a preponderância de um olhar interdisciplinar, mobilizando a demografia, a história social, a antropologia e a sociologia. Ainda podemos dizer que a abordagem sociológica da família estabelece uma ponte entre o microsocial e o macrosocial, entre os atores e as estruturas. E, por razões de ordem prática (a escassez de estudos sociológicos, as limitações dos dados estatísticos e a ausência de grandes pesquisas encomendadas pelos serviços públicos) mas, provavelmente, também por razões históricas de filiação da disciplina (a importância da monografia empírica, por exemplo), a investigação privilegia a análise intensiva da vida familiar, procurando dar conta da sua especificidade e da sua articulação com as mudanças sociais globais.

8.1 - Novas Tipologias Familiares

Ao longo das gerações a família ocidental vem sofrendo modificações muito significativas no processo de desenvolvimento familiar, ou seja, alterações que não estavam contempladas nas tipologias do seu ciclo vital¹⁸, como por exemplo: com o aumento do número de divórcios, existem mais pais sem companheiros e por conseguinte, novos casamentos ou uniões de facto, formando novos ciclos de vida para serem completados.

Com o frenético ritmo de transformações que a nossa sociedade tem vivido, denota-se uma nova atitude face à conjugalidade (em Portugal em 2004 um em cada dois casamentos resultou em divórcio, segundo estatísticas do Instituto Nacional de

¹⁸ Segundo Sampaio (1991: 91) “o ciclo de vida familiar baseia-se no reconhecimento de fases e padrões sucessivos que ocorrem ao longo dos anos, com a continuidade da vida familiar.”

Estatística – INE), uma diminuição crescente da família nuclear tradicional e a emergência de novos tipos de famílias, como as reconstruídas, monoparentais, adoptivas e de colocação¹⁹. Ainda que na sociedade portuguesa não sejam usuais ou legalmente aceites as famílias comunitárias e as homossexuais são também exemplo desta nova tipologia familiar, dada a relevante afirmação com que se têm imposto.

A importância que estes tipos de famílias assumem no quadro das relações humanas – na vivência dos afectos e na estruturação das emoções –, assim como a visibilidade de alguns destes tipos de famílias na nossa amostra, leva-nos a considerar que seja fulcral focá-las no nosso estudo.

“O conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adopção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família” (OMS:1994 cit. in ALARCÃO, 2000: 202).

8.1.1. Família Tradicional

Falar-se de família tradicional implica situá-la face a um conjunto de fatores históricos que a caracterizam como tal e que passamos a descrever de forma muito resumida.

Assim, neste modelo familiar predominava essencialmente um tipo de família extensa, isto é, “...definida como um grupo de três ou mais gerações que vive na mesma habitação ou muito próximo uma das outras. Pode incluir os avós, irmãos e as suas mulheres, irmãs e os seus maridos, tias, tios, sobrinhos e sobrinhas” (GIDDENS, 2000: 177). Por este motivo, a família tradicional afirmava-se como um lugar de socialização entre as gerações, onde “...as crianças, uma vez tornadas adultas, tomam a seu cargo os pais idosos, tanto no plano económico como afectivo” (ÉTIENNE, 1992: 167). A par desta socialização geracional, a família tradicional também mantinha fortes laços com a rede de vizinhança.

¹⁹ O acolhimento familiar é um recurso transitório disponibilizado pelo Estado ao acolhimento de crianças e jovens negligenciados, maltratados, vítimas de qualquer tipo de violência, com o objectivo de assegurar aos mesmos um meio sócio familiar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto nesta não estejam reunidas as condições para a sua reentrada. Dado o seu carácter transitório não vão ser, neste projecto, alvo de reflexão.

Além disto, a estrutura familiar tinha na sua base um modelo patriarcal, sendo que as relações de poder eram hierarquizadas de acordo com critérios de sexo, idade e estatuto familiar. No interior da família, a autoridade e o poder eram conferidos ao homem, que fazia uso dos mesmos sobre a mulher, sendo este que assumia o papel de chefe de família. Por outro lado, também os irmãos mais velhos, rapaz ou rapariga, detinham poder sobre os mais novos, sendo que à rapariga cabia a função de auxiliar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos e ao rapaz a função de protegê-los. Portanto, esta hierarquia de poder também era visível na fratria. Alguns exemplos elucidativos eram o facto de o rapaz usufruir de maior liberdade para sair, sendo-lhe inclusivamente entregue dinheiro, ao passo que para com a rapariga a vigilância era muito atenta. Também em termos sociais, o rapaz participava em atividades extrafamiliares, enquanto que a rapariga permanecia em casa para adquirir formação doméstica (cozinhar, costurar, entre outras) e se qualificar nos seus papéis de futura esposa, mãe e dona de casa. Este último aspecto entronca no facto de que, antigamente, o homem era o elemento do casal que trabalhava fora de casa, exercendo uma carreira profissional, pois, a sua função era ser o “ganha-pão” da família. Já a mulher, permanecia na redoma familiar pois, as suas funções eram trabalhar no campo ou em casa e assegurar a educação dos filhos.

Assim, em termos de funções, podemos dizer que a família tradicional exercia funções mais de cariz económico do que propriamente afetivo. Neste seguimento, Étienne (1992), refere que este tipo de família exercia economicamente duas grandes funções: *função patrimonial* (a família tinha como função a transmissão do património, na medida que este era imprescindível para que os filhos se estabelecessem na vida), *função de produção* (a família constituiu, até ao início dos anos 60, uma unidade de produção de base, ou seja, produzia para se auto-sustentar).

Outro fator marcante na família tradicional é que o casamento não significava selar um compromisso de amor ou paixão mas antes um compromisso de interesses sociais e/ou económicos (por exemplo, para expandir propriedades ou fortunas, para juntar pessoas da mesma classe social ou com o mesmo estatuto). Por esta razão, o casamento era em grande parte dos casos manipulado ou imposto pelos pais do futuro casal, sendo a estes que cabia a escolha do parceiro para a sua filha ou filho. Neste sentido, o amor não constava maioritariamente nas razões do casamento, sendo inclusivamente encarado “...como potencialmente perigoso e destrutivo das estratégias familiares” (SARACENO, 1992: 96). Este facto, também fazia com que o relacionamento sexual entre o casal

assentasse essencialmente numa vertente de procriação e de linhagem ao invés do prazer e da satisfação.

No tocante aos filhos, verificava-se uma fratria alargada, que se devia a fatores como: a inexistência e/ou a falta de conhecimento e informação sobre métodos contraceptivos, fraco avanço da medicina nesta área, a crença de que ter filhos era a vontade de Deus e como tal não se deveriam evitar, a inexistência de planeamento familiar. No entanto, a par desta realidade, verificavam-se igualmente elevados números de mortalidade infantil; devido à precariedade dos cuidados e à ignorância e/ou falta dos mesmos, poucos filhos permaneciam vivos na família.

A par disto, importa fazer referência à conceção que revestia a infância nesta época. Como já foi abordado anteriormente, a criança era associada a uma utilidade instrumental. Como a família constituía uma unidade de produção autónoma, os filhos eram vistos como força de trabalho, como mais um braço para contribuir para o sustento e bem-estar económico da família.

Em prol destes dois últimos fatores, os pais não depositavam um grande investimento emocional nos filhos pois, por um lado, tinham medo de os perder devido às altas taxas de mortalidade infantil e, por outro lado, também, a infância ainda não era assumida como uma categoria autónoma, detentora de direitos e reconhecida como carente de laços afetivos e emocionais desde o seu nascimento, principalmente com a figura materna.

Contudo, estes aspetos que fomos enumerando não se mantiveram ao longo dos tempos. Eles foram alvo de mudança por influência do progresso que se ia instalando, do contacto com novas realidades e o consequente desejo de experimentar novas coisas, da emergência de novas mentalidades, da inconformidade de alguns sentidos face aos padrões instituídos. Em suma, por influência da industrialização, europeização, globalização, urbanização e capitalismo.

Desta feita, o modelo familiar foi-se modificando e diversificando, conferindo novos contornos à estrutura e organização familiar. Com isto, a família tradicional dá lugar à família moderna ou contemporânea.

8.1.2. Família Moderna

Tal como a família tradicional agregava em si um conjunto de especificidades, também a família moderna reúne aspetos que lhe são característicos e que, portanto, a definem e diferenciam da família tradicional.

Um desses aspetos diferenciadores prende-se com a transição de uma família extensa para uma família nuclear ou restrita. Cada vez mais deixa de se verificar nas famílias a coabitação de mais do que duas gerações debaixo do mesmo teto como acontecia anteriormente. Atualmente, a generalidade prende-se com “...dois adultos vivendo juntos num mesmo agregado com os seus filhos próprios ou adoptados” (GIDDENS, 2000: 177). Também a ligação com a vizinhança foi-se desvanecendo, optando pela privacidade familiar (BARROCAS, 2005: 53).

Ao longo do tempo, a família foi tomando para si novas funções. Às anteriores funções patrimoniais e de produção (que declinaram a sua importância na atualidade, na medida em que, por um lado, o património material foi perdendo valor relativamente à aquisição de um património cultural e, por outro, as pessoas passaram a trabalhar maioritariamente fora de casa, constituindo uma carreira profissional), somam-se a *função de consumo* (a compra ou aquisição de algo passa a ser uma decisão dos dois elementos do casal - homem e mulher - e não somente do elemento masculino) e a *função de socialização* das novas gerações (conferindo aos filhos um sentimento de pertença, afetividade, valores e critérios de conduta, formação para a cidadania, solidariedade, democracia, autonomia, reciprocidade, respeito, entre outros). A terceira geração – os avós – passa muitas vezes a socializar e/ou a habitar em estruturas sociais criadas para esse fim, como sejam os centros de dia os lares, quebrando com parte dos vínculos geracionais que existiam. A par disto, os avós, anteriormente vistos como fonte de sabedoria e experiência e auxiliares na criação dos netos, passam atualmente a ser vistos por muitas pessoas como estorvos e inúteis para a aquisição de saber e desenvolvimento da sociedade.

Como já citamos e passamos agora a desenvolver, a mulher adquiriu uma independência e uma autonomia que outrora não lhe eram confinadas. Para este avanço, contribuíram alguns fatores que deram nome a um chavão “emancipação da mulher”. Esmiuçando esta expressão, queremo-nos referir à luta que a mulher, inconformada com a sua situação de exclusão e inferioridade relativamente ao homem, fez em prol da

obtenção de um estatuto de igualdade em termos de direitos, de acesso à escolaridade²⁰ e ao mercado de trabalho, de socialização, de independência, de autonomia, de tomada de decisões e de referência na sociedade. Esta luta, encabeçada por movimentos feministas espalhados por todo o mundo, possibilitou de facto um variado leque de vitórias, atenuando a relação hierárquica de poder entranhada durante muitos anos no interior das sociedades. Dizemos “atenuando” porque, atualmente, ainda existem algumas famílias impermeáveis à emancipação da mulher, total ou parcial, por culpa ou não das próprias.

Com esta emancipação, a mulher passou a ter uma quádrupla função: esposa, mãe, dona de casa e profissional, limitando bastante o seu tempo para o empenhamento destas funções. Desta forma, para responder ao surgimento de novas necessidades, como por exemplo a falta de tempo para olhar pelos filhos e participar dos seus tempos livres, criam-se novos equipamentos sociais de apoio como sejam os infantários, creches, ATL's, entre outros.

O facto é que, com a emancipação da mulher, também o papel do homem se foi emancipando no tempo, o que trouxe alguma indefinição quanto à clareza dos seus papéis no interior da família. São exemplos claros, o facto de o homem deixar de ser o único elemento de poder nos momentos decisivos e o único “ganha-pão” na família. Inclusivamente, existem agregados em que a mulher recebe um salário superior ao do marido. Outras constatações são: a repartição das tarefas na educação dos filhos (os pais ajudam na realização dos trabalhos de casa dos filhos, vão às reuniões escolares, passeiam com os filhos), a divisão das tarefas domésticas (vão às compras, cozinham, arrumam a casa).

Face a estas mudanças, também a concepção de infância evoluiu²¹. A criança, outrora vista como um adulto em miniatura (SOARES, 1997) e desprovida de sentimentos e afectos, altera-se, dando origem mais tarde, século XVIII, a uma criança detentora de direitos e sentimentos. Com isto, surge a importância da sua vinculação aos pais, principalmente à mãe, desde o momento do nascimento e nos seus primeiros anos de vida.

²⁰ O facto de a mulher estudar adia a idade para sair de casa, bem como a idade do casamento e do nascimento dos filhos.

²¹ Ver enquadramento teórico sobre a criança.

Esta nova concepção de infância vem influenciar o número de filhos idealizados numa família. Os pais passam a investir bastante na criança (ALMEIDA, 1998), com o intuito de lhe possibilitar um património rico, quer em termos económicos quer em termos culturais, e, este motivo, não permite que o casal, face à fragilização atual das condições sócio - económicas de vida, possa ter um número alargado de filhos pois, das duas uma: ou não conseguem suportar as despesas de uma boa formação para todos, ou terão de optar por uma formação mais débil, o que geralmente não é idealizado pelo casal.

É precisamente pelo facto dos pais quererem dar aos filhos “tudo do bom e do melhor”, como se costuma dizer, que a solução tem sido, já há alguns anos, a redução do número de filhos. Isto não quer dizer que o desejo do casal seja não ter mais filhos mas antes, como diz Cordeiro (2005: 64), um “sintoma de responsabilidade”, ou seja, “as pessoas pensam mais nas coisas” (ibidem). Neste seguimento, Saraceno (1992: 134) pronuncia-se, dizendo que “instaura-se assim o aparente paradoxo pelo qual, a um aumentado interesse e atenção pelos filhos enquanto tal, corresponde uma estratégia de redução da fecundidade.” No entanto, esta realidade vem assumindo contornos verdadeiramente catastróficos; Portugal é um dos países europeus com mais baixa taxa de natalidade.

No âmbito da fecundidade, o progresso das mentalidades, aliado ao avanço da medicina, sobretudo nesta área, possibilitou a criação de estratégias no âmbito do controlo dos nascimentos e, inclusivamente, na decisão reprodutiva por parte dos pais. Contribuíram para tal: a introdução no mercado dos métodos contraceptivos, as técnicas de fertilidade, a possibilidade de planear o espaçamento dos filhos, entre outros.

Outros aspetos importantes, inerentes à emancipação da mulher e caraterizadores das famílias modernas, são o casamento, efetuado segundo razões díspares de outrora, e o divórcio. Por um lado, a escolha do parceiro para casar deixou de ser imposta pelos pais dando liberdade de escolha à pessoa que ia casar. A relação conjugal passa então a ser um ato deliberado pelos dois e, por isso, a ser guiada pelo respeito pela individualidade, identidade e dependência dos dois elementos do casal. Consequentemente, os interesses puramente económicos e sociais são deixados de lado, tornando-se o amor uma razão consensual para a sua concretização (RELVAS, 1996; BARROCAS, 2005). A par disto, o relacionamento sexual do casal passa a ser vivido com

prazer e como algo gratificante, ao invés de meramente reprodutivo²². Por outro lado, e tendo presente as atuais diretrizes do casamento, a falta de amor constitui um dos grandes motivos que conduz ao divórcio (ÉTIENNE, 1998), bem como situações de não satisfação com a relação conjugal nomeadamente, a falta de diálogo e compreensão (GIDDENS, 2000). Pode referir-se que Portugal apresenta uma das mais altas taxas de divórcio do sul da Europa (4,7%) (FIGUEIREDO, 2005).

Como forma de conclusão, podemos demarcar a família tradicional como sendo uma família instituída, “...caracterizada pela estabilidade do elo conjugal e por uma divisão hierárquica de funções...” (ÉTIENNE, 1998: 168) e a família moderna como uma família instituidora, na medida em que “...ela respeita regras livremente criadas por si, e que pode modificar por livre acordo entre os seus membros. (...) Aliás, as funções no seio da família não são definidas antecipadamente, em função dos estatutos (marido/mulher; pais/filhos), mas são objeto de negociações permanentes. Numa palavra,” a família inova e diversifica-se” (ÉTIENNE, 1998: 168-169).

Tendo presente este cenário de mudança, novos tipos de família vão-se desenvolvendo.

Como falaremos no ponto abaixo, são muitas as atuais formas que a conjugalidade pode adotar, tornando a relação de casal algo bastante complexo. Como refere a autora Relvas (1996: 51), “pretende-se associá-lo [o casal] ao casamento, mas ela [a relação de casal] estende-se a todas as uniões «sem papéis» ... Pretende-se ligá-la ao sexo (ao *género*), mas ela integra as ligações homossexuais... Pretende-se defini-la pela duração ilimitada da relação, mas vejam-se os «contratos» de suspensão limitada da vivência a dois como hipótese encontrada pelo par para «salvar» o casamento... Pretende-se restringi-la a dois (ao *número*), mas vejam-se os casais que com o objectivo anterior se envolvem em relações «experimentais» com outros parceiros...”.

8.2 Famílias Reconstituídas

Entende-se por família recomposta ou reconstituída o agregado que compreende um pai, os filhos que ele teve de uma precedente união e um novo cônjuge com quem é casado ou coabita. Assim, o casal nesta segunda união pode acolher os filhos do

²² A emergência dos métodos contraceptivos contribui bastante para que a mulher pudesse ter controlo sobre a gravidez e, como tal, poder entregar-se ao prazer na relação sexual.

primeiro matrimónio de um só cônjuge ou de ambos e, posteriormente, da nova família podem nascer mais crianças, filhas de ambos, constituindo uma fratria composta pelos “meus, teus e os nossos” (ALARCÃO, 2000: 204).

Este tipo de famílias tem adquirido um crescimento muito alto em todo o mundo, sendo que em Portugal se constam 50 mil (dados do INE e do Observatório para os Assuntos da Família). Em anteriores séculos este modelo familiar era já usado, porém apenas no decorrer do falecimento de um dos cônjuges, a novidade de hoje é a recomposição familiar ser seguida por situações de divórcio, criando um emaranhado mais complexo. Na óptica de vários autores (entre eles ALARCÃO (2000)), em qualquer das situações que despoletem novas uniões (viuvez, divórcio, separação) torna-se fulcral para as novas famílias a realização do luto (pelo desaparecimento de um progenitor), a aceitação/acolhimento dos novos elementos que compõem o agregado e a construção de novos padrões de relação e novas regras de funcionamento familiar. Esta preparação para a nova aliança deve, acima de tudo, ser feita pelos filhos, daí que os pais devam informá-los com antecedência, dar-lhes tempo para gerir as situações de mudança que ocorrerão e permitir-lhes manter a imagem positiva que resta da anterior família. No caso de luto não resolvido, em situações de separação ou divórcio, as crianças podem enredar-se num mundo de angústia e infelicidade e causar dificuldades à estruturação da nova família, fazendo tudo para a quebrar; considerando-se a perda definitiva, nos casos de morte, então o luto terá de ser diferente mas igualmente bem resolvido sob pena de não “ficar prisioneiro de uma lealdade cerceante”; em situações de monoparentalidade o luto a resolver será pela relação anterior entre mãe - filho(a)²³ que se mostra na maioria das vezes demasiado “fusional” (ALARCÃO, 2000: 205).

As etapas do ciclo vital, nas famílias reconstituídas, não se processam da mesma forma, nem têm a mesma amplitude de iniciação, dado que aquando da formação do casal este já interage com um sub - sistema fraternal. Neste sentido, decorrente da interação do recente sub-sistema conjugal com o sub-sistema parental surgem quatro tipos de dificuldades (ALARCÃO, 2000: 206):

- O novo casal quando inicia a sua relação idealiza-a diferente da anterior podendo, inibir-se de viver e de “metacomunicar²⁴” sobre as diferenças com o receio de

²³ Dado que o poder paternal é normalmente concebido à mãe, então, nas situações mais usuais de monoparentalidade a díade é composta pela mãe e o(s) filho(s), daí que nos refiramos a estes.

²⁴ A meta comunicação, na esteira da autora, designa o acto de comunicar sobre a comunicação, ou seja, a comunicação que permite assinalar e especificar o contexto de interacção.

que isso se revele uma ameaça à sua estabilidade relacional e que resulte na ruptura. Assim, o casal terá de aprender a lidar com as diferenças “sob o olhar atento dele próprio, dos «filhos», das «famílias de origem» e, muitas vezes, do olhar indirecto do (s) ex - parceiro(s)”.

- A formação do casal exige que o mesmo se feche ao exterior, porém, os filhos²⁵ integrados nesta família estão na maioria das vezes em idade escolar ou na adolescência, logo a nova família, nesta primeira etapa, é chamada a participar activamente na sua função parental, esquecendo-se de formar o seu espaço conjugal.

- A edificação de novos “padrões transaccionais” e de novas regras de funcionamento familiar surge como um desafio ao novo casal e, em simultâneo uma dificuldade acrescida, dado que cada elemento traz consigo as lembranças do anterior relacionamento, as quais relaciona com as atuais, recordando-se que “no passado nem tudo foi mau como no presente nem tudo é bom”. Assim, a sobrevalorização das atuais adversidades e as comparações do anterior para com o actual podem corromper a construção da nova relação. É neste sentido que a autora Alarcão (2000: 208) sugere que o equilíbrio entre os antigos e os actuais códigos deve ser cuidadosamente negociado para que o presente não esteja infectado pelo passado, nem os filhos sintam uma fractura súbita com os antigos códigos (neste último nível é fulcral a posição tomada pelo progenitor ausente já que os seus comentários podem dificultar a assimilação de novos códigos e a negociação das regras).

- O novo sub-sistema parental terá de lidar com esta acrescida parentalidade, adaptando aos modelos de infância o modelo de parentalidade que havia co-construído com o seu cônjuge e que os filhos estão habituados, criando-se um “sistema de tripla parentalidade” (expressão usada por BRIDGMAN in BÉNOIT *et al.*, 1988, cit. in ALARCÃO, 2000). Isto porque, para além das mudanças serem vividas de forma adversa, também os filhos podem querer manter a sua lealdade para com o progenitor ausente, dificultando a nova parentalidade.

O novo sub-sistema fraternal pode deparar-se com três tipos de dificuldades na sua adaptação:

- a gestão da lealdade para com o progenitor ausente imiscui-se com a lealdade que se impõe para com o progenitor presente e a nova família;

²⁵ O sentido que é aplicado ao termo filhos integra não só os filhos biológicos de cada cônjuge mas também os descendentes da nova relação.

- a distribuição do poder e a negociação das novas regras podem ser a gênese de conflitos (por isso ouve-se: “tu não mandas em mim porque não és meu pai”), daí que o papel do progenitor desaparecido seja essencial a este nível;

- as possíveis alianças dos filhos ao progenitor biológico podem ameaçar a consistência do sub-sistema fraternal, fazendo com que não se criem afinidades no seu seio, alimentando rivalismos e usando os filhos como elementos de “triangulação”²⁶.

Em síntese, dir-se-á que o desenvolvimento salutar das famílias reconstituídas só é passível de ser verificado quando a concomitância de várias etapas do ciclo vital é vivida em complementaridade e não extrapoladas ou fundidas, se percebe que a criação das novas regras e dos novos padrões de transação deve relacionar quer o passado quer o presente, assim como, o receio da repetição da experiência de separação não surge como um entrave à formação do casal. Assim, alguns autores (ALARCÃO, 2000: 211) consideram que “apesar da vulnerabilidade que estas famílias podem apresentar [...] e dos fatores de risco a que podem estar sujeitas [...], as famílias reconstituídas podem oferecer-se como um importante espaço de crescimento individual e familiar. Porém, outros (ÉTIENNE et al, 1998: 170) mencionam que estas famílias para além das dificuldades que experimentam (situação de anomia, dada a carência de regras e de modelos de conduta, da falta de legislação que designe por exemplo os direitos e deveres entre padrastos e enteados), são consideradas “famílias com riscos” na medida em que têm as fronteiras entre gerações muitas vezes diluída (é visível um homem em idade madura relacionar-se com uma mulher com a mesma idade do filho) e são, sobretudo pouco seguras para o (s) filho (s) que se encontram saltitantes entre os vários lares e os diversos pais cuja autoridade se encontra dispersa.

²⁶ O triângulo é a configuração interaccional composta por três elementos, constituindo a base do sistema emocional de uma família. O triângulo pode ser perverso quando se expande o conflito entre dois elementos contra um terceiro. O triângulo é rígido quando dos três elementos, o triangulado é usado pela díade de forma rígida com o intuito de desviar o conflito existente.

8.3 Famílias Monoparentais²⁷

Por famílias monoparentais designam-se aquelas onde a parentalidade está apenas representada por um único elemento que tem a seu cargo pelo menos um filho. Estas situações são cada vez mais visíveis na nossa sociedade (em 2003 aumentaram para uma percentagem de 5,7 por cento, segundo dados apurados pelo INE em 2004) quer porque um dos progenitores abandona o outro e este último não volta a casar, quer em situações de mães solteiras que não chegam a casar. Na sua grande maioria estas famílias são encabeçadas por mulheres, na medida em que é esta quem, habitualmente, fica com a custódia dos filhos após o divórcio.

Decorrentes da falta de um adulto nestas famílias surgem três níveis (mais um) de dificuldades (ALARCÃO, 2000: 213): - No plano conjugal, isto porque a ausência de um dos cônjuges leva à inexistência de um sub-sistema conjugal, logo à não vivência da conjugalidade e das vantagens que a mesma reflecte para a vida pessoal e familiar, por exemplo o suporte emocional face aos conflitos intra e extra familiar, a partilha dos sentimentos, a modelação das relações heterossexuais dos filhos. Estando desprovidos desta relação, pode haver o perigo de ser investido no (s) filho (s) uma dimensão “par conjugal”, ameaçando o desenvolvimento ao nível afectivo e/ou cognitivo.

- No sub-sistema parental as dificuldades relacionam-se com a impossibilidade de partilhar tarefas e papéis relacionados com a tarefa educativa. Deste modo, o progenitor redobra-se para adquirir ambas as funções (de pai e de mãe) e estabelece uma ligação muito forte e demasiadamente centrada na díade mãe - filho, reduzindo o funcionamento familiar à configuração *pas de deux* (termo usado por MINUCHIN e FISHAMAN, 1988 cit. in ALARCÃO, 2000: 213). As situações de parentificação ocorrem quando o filho mais velho assume o papel de progenitor, abalando o sub-sistema fraternal.

- Na ausência de um progenitor, o filho do mesmo sexo terá dificuldades em construir a sua identidade tendo por base um modelo de identificação do mesmo sexo. As consequências serão maiores tanto menor é a interação com elementos do mesmo sexo, com as atitudes que o progenitor presente expõe acerca do progenitor ausente e com as expectativas que o primeiro desenvolve em relação aos filhos.

²⁷ Este termo surge em 1975 pela sociologia francesa.

- Apesar do grande número de famílias monoparentais que surgem hoje nas sociedades, ainda é considerado um sinal de diferença podendo, a criança ou o adolescente se sentir estigmatizado ou envergonhado face à diferença que o caracteriza dos colegas. Sendo que a escola pode manter este sentimento quando cria rituais em que solicita a presença dos pais, como o Dia da Mãe ou o do Pai. Para que estas situações sejam ultrapassadas torna-se essencial que ambos os pais cooperem, não triangulando o(s) filho(s) como forma de resolver as suas frustrações.

Para além das dificuldades mencionadas o desenvolvimento das famílias monoparentais vai registando dificuldades acrescidas ao longo do seu ciclo vital:

- a primeira etapa – formação do casal – na maioria dos casos não chega a ser vivenciada, logo o sub-sistema conjugal não é criado o que se reflecte quer na vida pessoal do adulto (vive na idealização do parceiro ou na mágoa pelo sucedido), quer na construção das restantes etapas;

- nas duas etapas seguintes, os problemas decorrem da falta de apoio que o sub-sistema fraternal enfrenta e da sobrecarga no que toca às funções a cumprir, acrescentando-se os “problemas identificatórios” vividos pelas crianças e a possível parentificação de uma delas decorrente da alteração das experiências fraternais;

- a quarta etapa, marcada pela família com filhos adolescentes, para além dos problemas já referidos retoma o assunto da separação e tendem a construir-se relações “fusionais” que trazem imensas implicações à estruturação de uma identidade própria e de projectos individuais (“...forte implicação afectiva existente entre os elementos destas famílias origina dificuldades acrescidas à construção de *selves* diferenciados...”)
(ALARCÃO, 2000: 216);

- quando os filhos se tornam adultos e tencionam sair de casa é altura de mudança daí que, o progenitor tem de “reorganizar, sozinho, a sua vida familiar e profissional” (*ibidem*), sob pena de não cair na perpetuação de uma relação familiar e individual centrada na díade e intrusiva relativamente à nova vida familiar dos filhos.

8.4 Famílias Adotivas

Segundo o art. 1586.º do Código Civil a “adoção é o vínculo que, á semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços do sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas nos termos” da lei. Trata-se de uma filiação artificial.

Sabendo a noção de adoção, caracterizam-se por famílias adoptivas aquelas que acolhem no seu colo crianças e adolescentes pelas quais não partilham laços de sangue mas uma ligação afetiva e legal.

Enquanto namorados a sociedade pressiona-os no sentido de casarem, depois de casamento feito com toda a pompa e circunstância, o casal inicia o seu ciclo mantendo-se expectante quanto à segunda fase – maternidade/paternidade. Porém, passados alguns anos de tentativas constantes (meio natural) iniciam as tentativas por meio de tratamentos/intervenções cirúrgicas, esgotadas as hipóteses declara-se a infertilidade e o casal (dependendo dos casos) passa por um longo percurso de sofrimento físico e psicológico (que pode inibir a metacomunicação e levar à ruptura do casal) até que ultrapassa o tabu e consegue fazer o luto por um filho que não consegue ter e por uma família biológica que não podem conceber. Ultrapassada esta primeira fase – aceitação da incapacidade de conceber um filho biológico – o casal pensa na adoção como a forma de recuperação do sonho de ter um filho e contacta os serviços de adoção. Assim, e segundo Rosenberg (1992 cit. in ALARCÃO, 2000: 221), a família adoptiva nasce com a chegada da criança, distinguindo-se as seguintes etapas do ciclo vital:

- O nascimento da família e início da parentalidade é uma fase que se desenvolve de forma similar à da família nuclear. As únicas diferenças que se apontam decorrem do “sentimento de avaliação extra-familiar” (durante o período de um ano mantêm-se a vigilância do tribunal), da recorrência de questões relacionadas com a infertilidade, da adaptação aos comportamentos da criança (que normalmente são entendidos como inadaptação ao novo espaço familiar), as dúvidas relativas à herança do património genético da criança e das suas implicações para o seu desenvolvimento e a definição do poder paternal e da autoridade que devem exercer (influenciados pelo receio de perder o amor da criança, de serem agressivos ou por gratidão os pais tendem a adoptar um estilo educativo permissivo ou ambivalente).

- A família com crianças em idade pré-escolar (3-5 anos) reafirma a relação anteriormente estabelecida, daí que o sucesso ou insucesso desta fase depende da forma

como foi vivida a primeira fase. Inicia-se o processo de revelação, mas sem que a criança tenha um claro entendimento acerca da diferença entre ser filha adoptiva ou filha biológica, não mantendo interesse em conhecer a sua origem. Nesta fase os pais adoptivos testam as suas relações com a família alargada e os amigos, beneficiando do contacto com outros pais para trocarem experiências.

Nesta fase – a família com filhos na escola – tal como acontece com outras famílias, experimenta-se o alargamento ao mundo social da criança e, a consequente abertura da família ao exterior. Dificuldades que surgem: expectativa quanto às capacidades de aprendizagem da criança; a revelação que é agora iminente (senão poderá ser dada por alguém exterior à família) pode tornar-se o início da crise, porque tendo a criança um pleno entendimento da diferença entre o nascimento biológico e o adoptivo, esta percebe que tem uma outra história de vida e inicia a fantasia acerca da outra família, resultando em confrontos e complicações na relação da tríade pais – criança.

A família com filhos na adolescência é a fase mais difícil do processo de desenvolvimento. Nesta etapa deveria iniciar-se a negociação da autonomia e da separação do adolescente, porém esta tarefa dificulta-se pelo receio dos pais em perderem o filho para os pais biológicos; as dúvidas identitárias e a construção da sua identidade estão nestas famílias dificultadas pelo desconhecimento das suas raízes genealógicas. É importante nesta fase de mudança que entre pais e filho se mantenha um clima de confiança, se sintam realizados e gratificados afectivamente e sejam flexíveis de modo a superar as crises. O adolescente face ao grupo de pares pode sentir-se diferente e inibir-se de manter quaisquer relacionamentos. Face a estas questões o adolescente pode optar pela metacomunicação e esclarecimento das dúvidas, a provocação e a projecção da agressividade como forma de fuga ou pode instalar-se num estado depressivo apático, daí que a ajuda familiar e social poderá ser uma óptima ajuda (ALARCÃO, 2000: 226).

- A quinta etapa é marcada pela família com filhos adultos, daí que a pretensão de sair de casa é um facto iminente, podendo ser sentida como um abandono ou rejeição para os pais adoptivos, apesar de na maioria das vezes ser um reforço dos laços afectivos e familiares. Quando criam a sua própria família muitos dos adoptados experimentam pela primeira vez o estabelecimento de um vínculo sanguíneo com alguém, sendo que os pais adoptivos (que integram bem a infertilidade) sentem uma enorme felicidade pelo seu estatuto de avós. Aqueles pais que não aceitaram

positivamente a infertilidade sentem que perderam o seu filho para um parente de sangue e retomam sentimentos de dor.

- A última etapa, a família na fase tardia depara-se com o envelhecimento dos pais adoptivos, ocorrendo os mesmos eventos que uma família biológica passa (perda da autonomia e a morte de um dos cônjuges). Assim, os pais adoptivos adquirem a tranquilidade porque reconhecem a continuidade familiar pela hereditariedade psicológica e pela perpetuação da sua memória

Conclui-se que ao nível do desenvolvimento do ciclo vital, as famílias adoptivas, apesar de diferentes, passam por muitos passos que as tornam similares às famílias nucleares. A importância que este tipo de famílias traz para os casais inférteis é de um valor inigualável já que lhes renova a esperança da partilha do amor e do afecto materno/paterno, da constituição de uma família, do sentimento de propagação do seu *self*²⁸ e da continuidade genealógica da família.

8.5 Famílias Homossexuais

As famílias homossexuais distinguem-se da família nuclear pelo facto de na sua composição conjugal estar presente dois elementos do mesmo sexo. Dada a sua progressiva amplitude no mundo actual, as famílias de casais homossexuais têm sido alvo de investigações, que têm demonstrado que estas, quando comparadas com as heterossexuais, não diferem muito no desenvolvimento de uma efectiva parentalidade e na criação de experiências salutareis que propiciem um crescimento integrado às crianças podendo, constituir-se como um importante factor protector. Um dos aspectos enunciado como problemático relaciona-se com o desenvolvimento sexual destas crianças e a falta de um modelo heterossexual no decorrer do desenvolvimento das relações interpessoais (ALARCÃO, 2000: 229). Tal como nas famílias monoparentais pode ocorrer, pela falta de um elemento do mesmo sexo que a criança, a confusão na construção da sua identidade sexual. Quando no decorrer do ciclo vital destas famílias não existe interacção com grupos heterogéneos pode ocorrer que quando este contacto se verificar as crianças se sintam diferentes e sejam marcadas por comportamentos de

²⁸ Pode ser, por vezes assimilado ao eu, mas em geral, significa a totalidade da personalidade de um indivíduo.

rejeição ou de aceitação ambivalente, conduzindo a um sentimento de exclusão. Considera-se, então, como o grande problema que estas famílias poderão enfrentar a estigmatização por parte de sociedades ainda muito vincadas ao modelo familiar nuclear e heterossexual e, portanto pouco ou nada receptivas à convivência com famílias homossexuais.

8.6 Famílias Comunitárias

Neste tipo de famílias a unidade nuclear esbate-se, impondo-se como valores prioritários o bem-estar comunitário, as necessidades e os deveres comunitários (ALARCÃO, 2000: 231). Uma grande parte destas experiências emerge com a pretensão de restaurar antigos valores provindos das famílias alargadas, de ultrapassar o individualismo que atinge as pessoas no mundo actual e de fugir ao stress da vida urbana.

Dado que as relações se mantêm na linha horizontal, o grande sub-sistema que persiste é o fraternal, na medida em que o ideal solidário se opõe ao da competição e a complementaridade relacional é posta ao serviço da comunidade. A vivência da conjugalidade depende do tipo de experiências comunitárias, podendo ser privativa em relação às relações sexuais ou mesmo permissivas quanto ao sexo livre. O sub-sistema parental é disseminado pela existência de várias figuras que substituem o modelo educativo dos pais biológicos pelo da comunidade. Neste sentido, o percurso nas diferentes etapas de vida difere daquele defendido pelo ciclo vital.

Tendo por base as investigações de Birren *et al.* (1981 cit. in ALARCÃO, 2000: 231) distinguem-se cinco tipos de experiências comunitárias: as comunidades religiosas, as comunidades utópicas (modeladas por princípios filosóficos acerca dos estilos de vida), as comunidades planeadas (servem para integrar indivíduos de diferentes níveis sócio-económicos), os *kibbutz* israelitas e as comunas (rejeitam a vida citadina).

Surgidas nas grandes cidades, apontam-se como novas organizações de cariz familiar estruturadas segundo os valores afectos às famílias comunitárias, os sem-abrigo e os meninos de rua.

Dado o desconhecimento acerca do desenvolvimento do ciclo de vida destas experiências comunitárias insurge-se como um desafio aos técnicos dos próximos

séculos, sob objectivo de reconhecer novas formas de criação de vínculos familiares enquanto que outros se vêem desfalecendo.

8.7 - (Des) Equilíbrios Familiares

Fruto de um mundo globalizado, excessivamente tecnizado e mecanizado, as relações constroem-se na base do individualismo, das solidariedades egoístas e da procura da satisfação pessoal, assim, os actuais e os próximos técnicos terão de enfrentar, no decorrer do século XXI, manifestações sintomáticas que podem abalar a fronteira entre o normal e o patológico.

Com o desenvolvimento das ciências a procura de explicação para os problemas familiares deixa de ser feito usando como fórmula a procura das causas que estão na sua génese ou pela origem do sintoma, passando a determinar-se pela via pragmática da função do sintoma, ou seja, este passa a ser perspectivado como uma mensagem de que algo está mal, informando “sobre o funcionamento do sistema em que o sujeito se insere e sobre a sua função no equilíbrio (homeostático²⁹) desse sistema (ALARCÃO, 2000: 237). Assim, o sintoma passa a revelar três questões: o que o sintoma mostra, a quem e com que regras o mostra e com que resultado. Já que a família é o primeiro e o mais significativo espaço relacional do indivíduo passa a pertencer ao campo de estudo como sendo o contexto valorizado para a leitura do sintoma e enquanto espaço de mudança.

A perspectiva sistémica retira do seu vocabulário o conceito de patologia passando a usar a designação de disfuncionamento familiar, estabelecendo a clivagem entre dois tipos de famílias: as funcionais (envolvem-se em retroacções positivas, desorganiza-se e promove a mudança) e as disfuncionais (prendem-se a ciclos de resistência à mudança, são estáticas e utilizam o “paciente identificado” para evitar a mudança e perpetuar o seu funcionamento). Concluindo que todas as famílias passam por períodos de desequilíbrio durante a passagem/mudança do ciclo vital, acrescentam que as subseqüentes/constantas crises podem resultar ou em “ocasião” (de transformação e crescimento) ou em “risco” (de bloqueio ou impasse) (ALARCÃO, 2000: 239). Tendo, então, por base que a disfuncionalidade é inerente ao dinamismo do sistema entende-se

²⁹ Mecanismo de regulação do sistema.

a razão pela qual os estudos dão preferência à relação entre o aparecimento do sintoma e o tipo de funcionamento familiar.

O sistema familiar desenvolve-se pela articulação de dois eixos básicos – o sincrónico (relativo ao espaço familiar ou ao espaço relacional, aos movimentos de individualização e de socialização dos diferentes elementos que constituem a família) e o diacrónico (que reflecte o tempo histórico edificado pelos acontecimentos do quotidiano, pelas etapas do desenvolvimento e pela história das gerações) – considerados, portanto fundamentais para a detecção da crise, que na “articulação espaço-tempo, [...] surge como uma flutuação mais ampla na mudança contínua que traduz a vida do sistema” (ALARCÃO, 2000: 246). Surgem como factores protectores e mecanismo fundamentais ao desenvolvimento familiar (*idem*, 247-250): a flexibilidade e a auto-estima individuais e familiares, o processo de autonomia e de separação adquirido pela base da conquista da dependência, a gestão do controlo relacional (nem um excessiva autoridade nem uma completa permissividade), por último os segredos familiares (aceites como peça integrante da história familiar e portanto passíveis de libertação e não de perpetuação do receio por serem descobertos).

Considerando, por isso, que a vida familiar se constrói através da mudança e da sua, consequente capacidade de equilíbrio constante face à aproximação de novos desequilíbrios que podem, por um lado (quando ultrapassados positivamente) oferecer-se como propostas para a sua organização e desenvolvimento e, por outro lado (quando a família os perspectiva como problemas à presente estrutura) apresentam-se como ameaças à mesma organização, travando o seu crescimento. É este processo que atinge as famílias consideradas pela nossa sociedade como “anormais” e que imortaliza por gerações o sofrimento e as angústias.

Dada a existência de uma série de factores de risco³⁰ que conduziram aos maus-tratos, seja o alcoolismo, a prostituição, a toxicodependência, iremos abordar neste ponto as famílias com um indivíduo violento e que partilham de uma cultura de violência familiar e as famílias em que são reconhecidos uma série de factores de risco que interagem no mesmo sistema (famílias multiproblemáticas).

³⁰ Os factores de risco são aqueles que estando presentes num sistema aumentam a possibilidade de se desenvolver problemas de ordem emocional ou comportamental, impedindo o saudável desenvolvimento do ciclo vital.

9 - REFLEXÃO CRÍTICA

A criança desde a existência humana foi sempre alvo de negligência, abusos e maus-tratos e, atualmente, o seu sofrimento tornou-se objeto de interesse preferencial dos *media*. Este problema grave, delicado e de enorme complexidade parece ter despertado, resultado da violência conjugal entendida como um problema social, e de uma maior consciencialização pública sobre a problemática do abuso de crianças. O interesse por este fenómeno deve-se, em grande parte, aos meios de comunicação social, que nos últimos anos têm invadido todas as esferas da sociedade, tornando-se os principais veículos de transmissão de informação. A sua importância não pode ser subestimada pois, foi e é graças aos *media* que se denunciaram e continuam a denunciar inúmeros casos de violência ocorridos no espaço familiar.

Contudo, se por um por lado os meios de comunicação social se revelam importantes para denunciar e alertar para este tipo de situações, por outro lado, vêm questionar o paradigma da segurança e da proteção encaradas quase como absolutas no contexto familiar. A crença de que a família é uma instituição segura é quebrada devido ao conhecimento público de vários incidentes familiares violentos. Porém, há que ter presente que, na grande maioria dos casos, estes atos violentos permanecem ocultos, considerados segredos de família e o que é mais grave ainda, comportamentos aceites numa sociedade patriarcal. Por diversas razões as vítimas de maus-tratos permanecem em silêncio não apresentando queixa, quer seja por sentimentos de medo, culpa, vergonha ou rejeição, associados a uma incompreensão da situação, própria da etapa de desenvolvimento onde se possam encontrar. O que é facto é que os “abusadores” conseguem que as crianças permaneçam num infundável abafado, interiorizando que estes abusos não passam de um dramático passatempo.

Um outro importante fator negativo dos meios de comunicação social é a informação superficial e apressada que transmite, com pouco rigor e conhecimento sobre a verdadeira dimensão do problema, os impactos nas crianças e posteriormente sobre as medidas legislativas a aplicar para travar ou minimizar estas situações. É fundamental um estudo científico rigoroso e aprofundado, que terá de passar obrigatoriamente pela análise às crianças, à família, aos vizinhos, pois só dessa forma qualquer profissional poderá analisar a incidência e caracterização do problema e proceder a uma intervenção ajustada à gravidade de cada situação.

A complexidade do fenómeno de maus tratos começa com o problema da sua definição, e constata-se que é um conceito bastante heterogéneo, não só porque não existe uma definição única e objetiva devido à sua dispersão e fragmentação, mas também muito por causa dos critérios da sua classificação e dos diferentes focos sobre as causas e consequências deste fenómeno. Este conceito envolve necessariamente um juízo de valor e uma conclusão socialmente mediada por um procedimento ou uma situação prejudicial para a criança. No entanto, como se pôde observar não se trata de uma questão de terminologia, o que se reveste de particular importância é a detecção precoce do abuso a crianças, e numa segunda fase a sinalização às entidades competentes, para que possam fazer uma intervenção adequada a cada situação.

Um problema deste peso na sociedade merece mais que um estudo e um pensamento, merece, sim, uma intervenção contínua, que se deve basear nos princípios da mediação, proteção e prevenção. O Estado deve, sem dúvida, assumir-se como o principal parceiro social no que toca a ações de prevenção aos maus-tratos, como por exemplo na elaboração de programas de educação parental, de apoio terapêutico não só às famílias mas também às crianças vítimas de abuso, no sentido de reduzir os comportamentos violentos, mas principalmente para evitar que esta situação se volte a repetir a nível intergeracional. Deve potenciar todas condições necessárias ao estabelecimento de parcerias com outras entidades de modo a criar propostas de intervenção, lançar campanhas nos *media* (sobretudo televisão) para dar visibilidade a este problema, passo imprescindível para combater comportamentos violentos, de abuso e negligência.

É igualmente importante que a legislação acompanhe esta matéria, promovendo os direitos e a proteção da criança em risco. Estes direitos estão assegurados na Convenção dos Direitos da Criança, artigo 3º nº2, que garante à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que tenham legalmente a seu cargo. Também o artigo 18º nº1 refere que os pais ou representantes legais são responsáveis pela educação e desenvolvimento da criança. O artigo 19º nº1 protege a criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração e violência sexual. Aqui parece-nos fundamental o papel da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que foi criada com o intuito de dar resposta às crianças e jovens que, por diversas circunstâncias, não têm os seus direitos assegurados, padecem de situações de maus-tratos e do necessário para o seu normal

desenvolvimento. Todavia, este trabalho de proteção de menores tem de contar com o apoio e cooperação de todas as entidades públicas competentes neste âmbito, mas também com todos os profissionais desta área, assim como toda a população em geral. Tem de haver uma correcta articulação entre todos, reforçando a importância das funções e responsabilidades de cada um, de maneira a proporcionar uma resposta objectiva e eficaz a cada situação e, quando necessária a correcta punição ou tratamento dos abusadores.

Merece ainda referência a desinformação profissional, que muitas vezes constitui um entrave na descoberta e tratamento adequado e atempado de casos de maus-tratos. Infelizmente em muitos casos só se verifica uma intervenção quando a situação já se encontra num estado de gravidade alarmante. É preciso combater esta tendência e para isso nada melhor do que proporcionar formação específica a todos os profissionais mas também voluntários. Como últimas estratégias apontadas ao combate aos maus-tratos destaca-se a criação de bases de dados devidamente atualizadas, importantes e fidedignos instrumentos que nos dão conta da ocorrência de maus-tratos e nos servem de suporte à realização de estudos comparativos entre populações e regiões do nosso país ao longo dos tempos.

Para terminar, importa referir que este estudo tem como objetivo prioritário enfatizar a importância da proteção às crianças e aos jovens, no entanto, estamos perfeitamente conscientes de que esta se assume como uma tarefa árdua e complexa mas que com o esforço, empenho e dedicação de todos conseguiremos certamente atingir o objetivo que todos desejámos.

10 - BIBLIOGRAFIA

- ✓ ALARCÃO, Madalena, (2000), *(des) Equilíbrios Familiares*, Coimbra, Quarteto Editora.
- ✓ AMARO F., (1986), *A criança maltratada: aspectos sociológicos*, Lisboa, Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, pp. 36-40.
- ✓ AMARO F., (1986), *Crianças Maltratadas, Negligenciadas e Praticando a Mendicidade*, vol. II, Lisboa, Gabinete de Estudos Jurídico - Sociais.
- ✓ ARAÚJO H. S., (1986), *A criança maltratada: alguns aspectos médicos*, Lisboa, Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, pp. 46-47.
- ✓ ARIÈS P., (1981), *História Social da Criança e da Família*, 2º ed., Rio de Janeiro, Zahara Editores.
- ✓ ARIÈS P., (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Edition du Seuil.
- ✓ BRONFENBRENNER U., (1979), *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- ✓ CARVALHO, Maria João Leote, (2010), *Crianças, socialização e delinquência em Bairros de realojamento*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- ✓ CANHA Jeni, (2000), *Criança Maltratada: o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de cinco anos*, Coimbra, Quarteto.

- ✓ CASTRO Paula, MONTEIRO M^a Benedita, (1996), *Crianças em Risco: microssistemas familiar e de pares e desenvolvimento cognitivo e social das crianças*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- ✓ CLEMENTE Teresa, (2000), *Maus-tratos à Criança: características parentais*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- ✓ Código Civil.
- ✓ Comissão Nacional de Protecção das crianças e jovens, Instituto para o desenvolvimento social, (1980), *Guia de Recursos para o apoio e acompanhamento de crianças e jovens*, Portugal.
- ✓ Constituição da República.
- ✓ Convenção Sobre os Direitos da Criança de 20 de Novembro de 1989.
- ✓ CORDEIRO J. Dias, (1997), *A saúde mental e a vida*, Lisboa, Edições Salamandra, pp.125-150.
- ✓ CORREIA A. Mendes et all, (s/d), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XIII, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Lda.
- ✓ CORREIA Clara Pinto, SOUZA Margarida Bom de, (1984), *Não podemos obrigá-los a amarem-se – falam os filhos de pais separados*, Lisboa, Relógio d'água Editores.
- ✓ CUNHA, Sandra, (2005), *Todos juntos para sempre representações e expectativas sobre a família e adopção em crianças e jovens institucionalizados*, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ✓ *Crianças e Jovens que vivem em Lar – Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*, Lisboa, CNPCJR/IDS, Junho de 2000.

- ✓ Diário da República.

- ✓ DUFOYER P., (s/d), *A Alma da Criança*, 2ª Edição, Editorial Aster, Lisboa.

- ✓ EPIFÂNIO R. M. L., FARINHA A. H., (1987), *Organização Tutelar de Menores*, Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro, Coimbra, Livraria Almedina.

- ✓ ÉTIENNE, Jean et alii, (1998), *Dicionário de Sociologia*, s.l., Plátano Edições Técnicas.

- ✓ FALEIROS, V. P. (1985), *Saber Profissional e Poder Institucional*, São Paulo: Ed. Cortez.

- ✓ FERNANDES M. J. L., (1986), *A criança maltratada: alguns aspectos médicos*, Lisboa, Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, pp. 23-34.

- ✓ GALLARDO J., (1994), *Maus-tratos à Criança*, Porto, Porto Editora.

- ✓ GIDDENS A., (2000), *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian.

- ✓ GURVITCH G., 1997, *As classes Sociais*, in GURVITCH G., (org), *Tratado de Sociologia*, Vol. I, Lisboa, Iniciativas editoriais, pp. 276-282.

- ✓ *Lares de Crianças e Jovens – Caracterização e Dinâmicas de Funcionamento*, Lisboa, CNPCJR/IDS, Junho de 2000.

- ✓ Lei n.º 147/99 de 01 de Setembro, Lei de Protecção de crianças e jovens em perigo.

- ✓ LEITÃO M. Josefina (coord.), (1999), *Guia de Legislação e Recursos sobre o Trabalho Infantil*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.

- ✓ MACHADO C., GONÇALVES R. A., (2002), *Violência e Vítimas de Crimes*, Vol. 2 – Crianças, Coimbra, Quarteto.

- ✓ MAGALHÃES Teresa, (2002), *Maus-Tratos em Crianças e Jovens*, Coimbra, Quarteto.

- ✓ MARTINS, Daniela Delfina Rato, (2009), *O impacto da violência familiar na saúde das crianças e jovens adolescentes*, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

- ✓ MARTINS Paula Cristina Marques, (1998), *O conceito de maus-tratos a crianças – um estudo das noções dos profissionais da infância*, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

- ✓ MARTINS Paula Cristina Marques, (2004), *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços*, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.

- ✓ MILLER Alice, (1998), *O drama de ser uma criança e a busca do verdadeiro eu*, Lisboa, Paz editora.

- ✓ Ministério da Justiça – Ministério do Trabalho e da Solidariedade, (1999), *Reforma do Direito de Menores*.

- ✓ MONTEIRO M. B., VENTURA P., (1997), *Cada cabeça sua sentença: ideias dos Adultos Sobre as Crianças*, Oeiras, Celta Editores.

- ✓ MONTESSORI Maria, (s.d.), *A criança*, Lisboa, Portugália Editora, pp. 383-399.

- ✓ NUNES, Sónia Isabel Sousa, (2009), *Indicadores de Maus-tratos Infantis: Um estudo exploratório em crianças do 1.º ciclo do concelho de Olhão*, Universidade de Ciências Humanas e Sociais.

- ✓ PARKER V., (2000), *Os direitos das mulheres*, Lisboa, Gradiva.

- ✓ PAÚL Constança, FONSECA António, (2001), *Psicossociologia da Saúde*, Lisboa, Climepsi Editores, pp. 59-74.
- ✓ PEREIRA, Sónia Alexandra Martins, (2006), *A criança vítima de maus-tratos*, Universidade Fernando Pessoa.
- ✓ PINTO M. & SACRAMENTO M. (Coord.), (1999), *Saberes sobre as crianças: Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*, Braga, Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- ✓ PINTO Maria da Conceição, (2001), *Crianças em perigo e em situação de rua: histórias de vida passadas em Lisboa e no Rio de Janeiro*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- ✓ PRIEUR, Bernard, (1999), *As heranças familiares*, Lisboa, Climepsi Editores.
- ✓ RELVAS, Ana Paula, (1996), *O Ciclo Vital da Família – Perspectiva Sistémica*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- ✓ ROSA Célia, (16 Novembro 2003), *Maus-Tratos Infantis – A Negligência começa em casa!*, *Notícias Magazine*, Nº 599, pp. 36-44.
- ✓ SÁ Eduardo, CUNHA Maria João, (1996), *Abandono e adopção – o nascimento da família*, Coimbra, Livraria Almedina.
- ✓ SAMPAIO, Daniel, (1997), *A cinza do tempo*, Lisboa, Editorial Caminho.
- ✓ SAMPAIO, Miguel, (1999), *Ninguém Morre Sozinho – o adolescente e o suicídio*, s.l., Editorial Caminho.
- ✓ SANTOS E., (1999), *Direito da Família*, Coimbra, Livraria Almedina.
- ✓ SARACENO, Chiara, (1992), *Sociologia da Família*, s.l., Editorial Estampa.

- ✓ SEBASTIÃO José, (1998), *Crianças de rua – modos de vida marginais na cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

- ✓ SIMÕES Dora, MOTA Paulo Gama, LOUREIRO Eugénio, (2005/2006), *“Cinderela”: do conto de fadas à realidade. Perspectiva sobre os maus-tratos infantis*, Coimbra, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, pp. 119-132.

- ✓ STRECHT Pedro, (2002), *Crescer Vazio – repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e adolescentes*, Lisboa, Assírio e Alvim.

- ✓ TELES, P., (2002), *Anuário Estatístico. Região Norte*, Porto, Instituto Nacional de Estatística.

- ✓ VILAVERDE, M^a Lucinda Macedo, (2000), *Factores de risco e factores protectores em crianças vítimas de maus-tratos a viverem em instituições*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Departamento de Psicologia.

- ✓ VINAGREIRO Maria, PEIXOTO Luís M., (2000), *A Criança com Síndrome de Down: Características e Intervenção Educativa*, Braga, Edições APPA CDM Distrital de Braga.

REVISTAS

- ✓ AFONSO P., (1998), “As Políticas de Protecção às Crianças em Risco – a aposta na intervenção familiar”, *Intervenção Social*, nº 17/18, pp. 53-68.

- ✓ ANDRADE, Sofia Isabel dos Santos Soares, TRICHES, Márcia Andreia, (2008), “Crianças privadas de meio familiar”, *Visão global*, Joaçaba, V. 11, n. 1, pp. 7-36.

- ✓ ARAÚJO, Emília, RODRIGUES, Cármen, FERNANDES, Helena, RIBEIRO, Maria Saldanha, (2011), “ Porque o tempo conta: elementos para uma abordagem sociológica da mediação familiar”, *análise social*, vol. XLVI (199), pp. 283-308.

- ✓ ALMEIDA A. N., (1998), “Novos Modelos de Ser e de Estar na Sociedade de Hoje: os contextos da infância”, *Intervenção Social*, nº 17/18, pp. 11-18.

- ✓ AMORIM, Maria João, (2004), “Família: Crise ou Transformação?”, *Pais & Filhos*, nº 165, pp. 58-65.

- ✓ ARIÈS P., (1986), “La infancia” , *Revista de Educacion*, nº 281, pp. 5-17.

- ✓ BARROCAS, Sofia, (2005), “Quem quer casar com a Carochinha?”, *Notícias Magazine*, nº 664, pp. 50-54.

- ✓ BRONFENBRENNER U., (1972), “The Slipt-level american family in Gnagey”, W.J. et all., *Learning Environments, Readings, Educational Psycology*, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New Iork.

- ✓ CALHEIROS Manuel, MONTEIRO, Maria Benedita, (2000), “Mau-trato e negligência parental: Contributos para a definição social dos conceitos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, ISSN, nº 34, pp. 145-176.

- ✓ CALHEIROS M., MONTEIRO M. B., (2001), “Contextos Sócio - Ecológicos do mau-trato e da negligência a crianças”, *Psicologia*, ISSN, Nº 34, Vol. XV, nº 1, pp. 117-145.

- ✓ CLEMENTE R. M., (1998), “Um Novo Olhar Sobre a Criança – Um direito Novo de Promoção de Direitos e de Protecção”, *Intervenção Social*, nº 17/18, pp. 19-25.

- ✓ CORDEIRO, Mário, (2005), “Famílias – Porque é que não temos mais filhos?”, *Notícias Magazine*, nº 664, pp. 62-66.

- ✓ FERNANDES E., (1998), “Cinquentenário – Declaração Universal dos Direitos do Homem”, *Intervenção Social*, número especial, pp. 10-19.

- ✓ FERREIRA Patrícia, (Julho 2000), “Reflexão sobre as estruturas sociais de apoio à criança: a especificidade das famílias de acolhimento”, *Intervenção Social*, nº 21, pp. 111-125.

- ✓ FIGUEIREDO, Mariza, (2004), “Retrato de Família”, *Máxima*, pp. 75-81.

- ✓ FONSECA G., PEDROSO J., (1998), “As Comissões de Protecção: caminhos a percorrer na promoção da cidadania das crianças e dos jovens”, *Intervenção Social*, nº 17/18, pp. 27-39.

- ✓ LEANDRO A., (1995), “Criança e Jovem: Que direitos, que justiça?” in SILVA D. et all. (org.), *Actas do Congresso os Jovens e a Justiça*, Lisboa, APPORT, pp.17-45.

- ✓ MAIA, E. Leão, (2003), “Indiferença, angústia e crime juvenil”, *Revista Nova Gente*, nº 1382, pp. 55-58.

- ✓ MARX K., (1963-1968), “Oeuvres Economiques”, in RUBEL, *La Pléiade*, Paris.

- ✓ MATOS R. FIGUEIREDO, (2001), “Maus-tratos e negligência à criança: ressituação de uma problemática”, *Infância e Juventude*, nº 1, Instituto de Reinserção Social, pp. 121-134.

- ✓ NOGUEIRA António de Lima, (Outubro 2001), “Trabalho Curativo com pais de crianças e jovens em perigo de inadaptção”, *Revista da Universidade Moderna do Porto*, nº 3, pp. 121-129.

- ✓ OLIVEIRA, Carla, (2004), “A importância da família”, *Plenitude*, p. 29.

- ✓ OLIVEIRA M^a Assunção, (2003), “Casa de São Mamede – muito mais do que um tecto, uma porta para a vida”, *Revista Noticias Magazine*, nº 597, pp. 40-52.

- ✓ PLANELLA Jordi, (1997), “A violência como forma de comunicação nas crianças e adolescentes em situação de risco social”. *Infância e Juventude*, nº 4, Instituto de Reinserção Social, pp. 85-100, 383-399.

- ✓ ROSA Célia, (2003), “Maus-tratos infantis – a negligência começa em casa!”, *Revista Noticias Magazine*, nº 599, pp. 36-44.

- ✓ SOARES, N. F., (1997), “Crianças em Risco: passado e presente. Alguns contributos para a compreensão histórico-social da problemática das crianças maltratadas e negligenciadas”, *Infância e Juventude*, Nº 1, Instituto de Reinserção Social, pp. 35-51.

- ✓ SOUSA C., FIGUEIREDO B., (2000), “Perspectiva Ecológica na compreensão dos maus-tratos infantis”, *Infância e Juventude*, nº 4, Instituto de Reinserção Social, pp. 79-97.

- ✓ SUDAN D., (1997), “Da criança culpada ao sujeito de direitos: alterações dos modos de gestão da delinquência juvenil”, *Infância e Juventude*, Nº 3, Instituto de Reinserção Social, pp. 71-96.

- ✓ TOURRAINE A., (1993), “Conflits Sociaux ” in *Encyclopedia Universallis*, Paris, nº 6, p. 341.

- ✓ VEGAR José, (2002), “Gangs portuguesas – do mito à realidade”, *Revista Gentlement's Quarterly*, nº 2, série II, pp. 92-97.

- ✓ WALL, Karin, (1993), “ Elementos sobre a sociologia da família em Portugal”, análise social, vol. XXVIII, pp. 123-124.

- ✓ WOLFGANG M. E., FERRACUTI F., (s.d.), “The Subculture of Violence – Toward on Integrated Theory”, *Criminology*, London, Tavistok.